

PUBLICIDADE LEGAL

Renda média do trabalhador brasileiro avança 2%

A massa de salários em circulação na economia registrou pata-mar recorde no trimestre encerrado em fevereiro, totalizando R\$ 371,092 bilhões, na série histórica comparável, que elimina trimestres móveis com repetição de respostas na amostra. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento médio real dos trabalhadores subiu ao ápice da série, para R\$ 3.679 no período. O rendimento é impulsionado por uma grande demanda de atividades econômicas por trabalhadores, aliada a uma tendência de maior formalização no comércio e nos serviços, justificou Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE. Com isso, o rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve uma alta real de 2,0% na comparação com o trimestre até novembro, R\$ 72 a mais. Em relação ao trimestre encerrado em fevereiro de 2025, a renda média real de todos os trabalhadores ocupados subiu 5,2%, R\$ 183 a mais.

A renda nominal, ou seja, antes que seja descontada a inflação no período, cresceu 2,9% no trimestre terminado em fevereiro ante o trimestre encerrado em novembro. Já na comparação com o trimestre terminado em fevereiro de 2025, houve elevação de 9,6% na renda média nominal. “A gente teve crescimento estatisticamente significativo tanto no nominal quanto no real”, frisou Beringuy.

O resultado da massa de renda significou um aumento de R\$ 24,082 bilhões no período de um ano, alta de 6,9% no trimestre encerrado em fevereiro de 2026 ante o trimestre terminado em fevereiro de 2025.

Predial Bier Ullmann S/A

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1
AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29/04/2026 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025, Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.
Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

AVISO DE REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL G. A. WERLANG GESTÃO E AMBIENTE LTDA.

CNPJ nº 92.700.715/0001-75 – NIRE 43200304971

Faz-se saber, nos termos do art. 1.084, §1º do Código Civil, que os sócios da G. A. Werlang Gestão e Ambiente Ltda., reunidos em 16 de março de 2026, deliberaram, por unanimidade, pela redução do capital social da Sociedade de R\$ 2.520.590,00 para R\$ 2.243.940,00. A redução, no montante total de R\$ 276.650,00, foi motivada por ser o capital considerado excessivo em relação ao objeto social e às atividades atuais. A operação realizar-se-á mediante o cancelamento de 276.650 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo 138.325 quotas de titularidade de Franco Adriano Werlang e 138.325 quotas de titularidade de Justo Werlang. Em pagamento à referida redução, a Sociedade procederá à entrega e reversão de ativos imobiliários aos referidos sócios, conforme detalhado na ata de reunião.

A eficácia desta deliberação está condicionada à inexistência de oposição de credores quirográficos no prazo legal de 90 (noventa) dias a contar da presente publicação.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.
A Administração.



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 7ª REGIÃO



CONCURSO PÚBLICO 01/2026 - RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

A Sra. Jeniffer Moreira de Mello, Conselheira Presidenta do CRPRS, no exercício de suas atribuições, torna público o presente extrato, para informar a retificação do Cronograma de Execução do Edital de Abertura nº 01/2026, que foi publicado no Diário Oficial da União no dia 24 de fevereiro de 2026, nos procedimentos e prazos a partir da etapa de homologação preliminar das inscrições, incluindo a data de aplicação da Prova Teórico-Objetiva. Informa-se, ainda, que a nova data de realização da prova passa a ser 03/05/2026. O cronograma atualizado encontra-se disponível no site da Fundatec.

JENIFFER MOREIRA DE MELLO
Conselheira Presidenta

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S/A (“3tentos” ou “Companhia”) para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 08h45, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma digital TEN Meetings (“Plataforma Digital”), que será considerada como realizada na sede da Companhia, situada na Avenida Principal, nº187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas dos relatórios da administração e dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a reforma do Estatuto Social para: (a) atualizar o valor do capital social previsto no caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado; (b) alterar o artigo 19 do Estatuto Social para: (b1) incluir o inciso (xi) para prever a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; e (b2) aprimorar a redação do atual inciso (xvi) para especificar e delimitar alçada de aprovação do Conselho de Administração em relação a empréstimos financeiros; (c) alterar o artigo 23 do Estatuto Social para: (c1) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 1º do para ajustar a definição das atribuições do Diretor Presidente; (c2) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 2º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Vice-Presidente Executivo; (c3) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 4º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Financeiro; (c4) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 5º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Comercial; e (c5) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 6º para ajustar a definição das atribuições do Diretor de Insumos; (d) alterar a redação do artigo 40 do Estatuto Social para incluir referência expressa ao Parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social; e (e) suprimir o Artigo 53 do Estatuto Social em razão de disposições de natureza transitória que não mais produzem efeitos; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais:** (a) **Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia 26 de abril de 2026, os seguintes documentos: (i) se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e (iii) se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidação do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/404358962/autn>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notorização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. (b) **Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: **Boletim de voto a distância (“BVD”):** Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 24 de abril de 2026 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. **Digitalmente:** Os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 23h59 do dia 26 de abril de 2026, com acesso pelo link <https://assembleia.ten.com.br/404358962/autn>. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação na AGOE de 2026. (c) **Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. (d) **Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <https://ri.3tentos.com.br/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br>, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br> e no Ofício Circular Anual SEP 2026. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. (e) **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2026
João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

FUGA S.A. - CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289 - Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, nº 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de tratar: em **Assembleia Geral Ordinária (AGO): Ordem do Dia:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, correspondente ao exercício social findo em 31/12/2025; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; 3. Eleição e posse do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; 4. Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e 5. Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. Em **Assembleia Geral Extraordinária (AGE): Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre o encerramento da filial Fuga S/A localizada em Ji-Paraná/RO. 2. Deliberar sobre a criação da filial *Trading Company*. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2025, onde poderão obter cópia deles. Marau/RS, 27 de março de 2026. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. 

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00 | NIRE 433.0004691-5 | Código CVM nº 02064-8

AVISO AOS ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D (“Companhia”), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei n.º 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Clovis Paim Grivot, 11, Bairro Humaitá, CEP: 90250-020, bem como no site da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), e foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores



QUARTIER PARTICIPAÇÕES S/A

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 10.370.032/0001-32 NIRE: 43300062597

1.DATA, HORAE LOCAL: Dia 23 de setembro de 2025, às 14h, na sede da Quartier Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2.PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos da Companhia à conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 31/08/2025. **6.DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a distribuição de dividendos da Companhia no valor total de R\$ 20.000.000,00, a conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 31/08/2025. Os dividendos distribuídos serão pagos aos acionistas até 31/12/2025, sem a incidência de juros e correção monetária, conforme deliberação da Diretoria, e imputados ao dividendo obrigatório. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 23 de setembro de 2025. **Mesa:** **CELSO KIPERMAN**-Presidente; **ADRIANE KIPERMAN**-Secretária. **Conselheiros:** **CELSO KIPERMAN;** **ADRIANE KIPERMAN;** **CAMILLO CABIANCARAMOS;** **MATHEUS GARCIA LINO;** **CARLOS ALBERTO GUERRA FILGUEIRAS;** **ROGÉRIO FROTA MELZI;** **LUCIANO BROCHMAN;** **PAULA PICININI.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11287813 em 17/10/2025 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 253608449 - 10/10/2025. Autenticação: 20F91E9A2ABCF2669C5FD192B5DDED02BC39B2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.DATA, HORAE LOCAL: Dia 29 de dezembro de 2025, às 14h, na sede da Quartier Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2.PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos da Companhia à conta de lucros apurados no exercício em andamento, em balanço de 30/11/2025. **6.DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a distribuição de dividendos da Companhia no valor total de R\$ 35.000.000,00, sendo o valor de R\$ 16.682.184,22 distribuído à conta de lucros apurados no exercício em andamento, conforme verificação em balanço de 30/11/2025. O pagamento dos dividendos distribuídos e creditados aos acionistas poderá ser realizado em parcela única ou de forma parcelada, mediante transferência para a conta bancária de titularidade de cada acionista, conforme a disponibilidade de fluxo de caixa e a capacidade financeira da Companhia, observado que o pagamento integral dos dividendos aos acionistas será concluído, pela Companhia, até 31 de dezembro de 2028, em estrita observância aos artigos 6º-A, §3º, e 16-A, §1º, inciso XII, ambos da Lei 9.250/1995, alterada pela Lei 15.270/2025, afastando-se expressamente a aplicação dos prazos previstos no artigo 205, §3º, da Lei 6.404/1976. Fica autorizada, ainda, a capitalização dos dividendos ora distribuídos, a exclusivo critério de cada acionista e mediante a prévia deliberação da assembleia geral da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 29 de dezembro de 2025. **Assinaturas:** **Mesa:** Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **Conselheiros:** Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Camilo Cabianca Ramos, Matheus Garcia Lino, Carlos Alberto Guerra Filgueiras, Rogério Frota Melzi, Luciano Brochmann e Paula Picinini. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **CELSO KIPERMAN**-Presidente da mesa, Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11584115 em 04/02/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 255000936 - 30/12/2025. Autenticação: 992427A8DF38CF15B2D8218DAC2D7B8C5E6CD94F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.DATA, HORAE LOCAL DA REUNIÃO: 27 de janeiro de 2026, às 13h, na sede da Quartier Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). **2. QUORUM DE PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3.CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **4.COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de Presidente e Secretária, respectivamente. **5. ORDEM DO DIA:** 5.1. Deliberar sobre a renúncia de Diretor da Companhia. 5.2. Deliberar sobre a eleição de Diretor da Companhia. **6.DELIBERAÇÕES:** 6.1. Foi homologada, pela unanimidade dos presentes, a renúncia apresentada pela Sra. **Adriane Kiperman**, inscrita no CPF sob o nº 675.942.390-91, ao cargo de Diretora sem designação específica da Companhia. Os presentes outorgam à Diretora renunciante, neste ato, a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação quanto ao exercício das suas funções durante o tempo em que permaneceu na condição de Diretora da Companhia. 6.2. Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a eleição do Sr. **Matheus Garcia Lino**, inscrito no CPF sob nº 430.475.018-66, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para mandato até 26 de dezembro de 2026. 6.3. O Diretor ora eleito será investido no seu cargo mediante: a) a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável, o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data. Fica consignado que um dos cargos na Diretoria da Companhia permanecerá vago. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. Porto Alegre (RS), 27 de janeiro de 2026. **Assinaturas:** **Mesa:** Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **Conselheiros:** Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Camilo Cabianca Ramos, Carlos Alberto Guerra Filgueiras, Rogério Frota Melzi, Luciano Brochmann, Paula Picinini e Matheus Garcia Lino. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **CELSO KIPERMAN**-Presidente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11652852 em 10/03/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 260838861 - 26/02/2026. Autenticação: 5CA8B8045D28B20B1D3C73A139FF7F44F857383. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A. -/C Sr. Celso Kiperman - Porto Alegre (RS), 27 de janeiro de 2026. Ref.: Renúncia ao cargo de Diretora sem designação específica - Prezado Sr. Celso Kiperman, Eu, **Adriane Kiperman, inscrita no CPF sob o nº 675.942.390-91, venho, por meio desta, comunicar que renuncio, nesta data, ao cargo de Diretora sem designação específica da **QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 10.370.032/0001-32, e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300062597, com eficácia a partir desta data. Atenciosamente, **ADRIANE KIPERMAN**. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11652849 em 10/03/2026 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 260833975 - 26/02/2026. Autenticação: D264C99789BC13C89B2220D9FC3DE5675ACC74. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.**

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ nº 93.015.006/0001-13 | NIRE nº 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Claudio Zaffari

Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari

Diretor Superintendente

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 87.456.562/0001-22 - NIRE 43.300.009.882

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 16:00 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, uma vez que representa o principal local de condução das atividades corporativas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento). Ainda, de acordo com o previsto nas Resoluções CVM 70, de 22.03.2022, e 204, de 04.06.2024, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) das ações com direito a voto e 2% (dois por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, a Companhia comunica sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto à distância, em atenção ao previsto na Resolução CVM 204, de 04.06.2024, ressalvada a oposição por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, mediante manifestação escrita dirigida ao Diretor de Relações de Investidores, até 25 (vinte e cinco dias) antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAXIAS DO SUL - STIALICX

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAXIAS DO SUL - STIALICX, inscrito no CNPJ sob 88.661.681/0001-80, endereço eletrônico stialicx@stialicx.com.br, com sede à Rua Pinheiro Machado, nº 2157, CEP 95.020-172, Caxias do Sul/RS, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial forte no artigo 3º, j, e 31, c, do Estatuto Social da entidade, e arts 548 e 549, da CLT, CONVOCA os sindicalizados, em pleno gozo de seus direitos, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 11 de abril de 2026, às 10h00min, em primeira chamada, e às 11h00min em segunda e última convocação, tendo por local o auditório do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul, situado na Rua Pinheiro Machado, nº 2157, centro, Caxias do Sul/RS; a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

1) Discussão e aprovação, ou não, de investimento para reforma do campo de futebol da sede campestre, visando a troca por gramado sintético e instalação de cobertura, iluminação e estrutura necessária, com apresentação de orçamentos já disponibilizados;

2) Assuntos gerais;

Caxias do Sul, 26 de março de 2026.

DANIEL DOS SANTOS CONTREIRA - Presidente do STIALICX

AGITRA SINDICAL

SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Mauá, 887 - 6º andar - Cep: 90010-110 - Porto Alegre – RS

Fone/Fax: (051) 3226-9733 / 3227-1057

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – AGITRA SINDICAL convoca seus associados para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se dia 15 de abril de 2026 às 10:00 horas, em primeira chamada e às 10:30 horas em segunda e última chamada, na Av. Mauá, 887 – 6º andar, em Porto Alegre, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1 - Relatório e Prestação de Contas do Conselho Diretivo;

2 - Eleição, em escrutínio secreto, do Conselho de Administração, do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal, referente ao Biênio 2026/2028, sendo que no início dos trabalhos será aberto o prazo para a inscrição de chapas;

3 - Posse dos Eleitos;

4 - Assuntos Gerais;

5 - Só poderão votar os sócios em dia com a tesouraria.

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Renato Barbedo Futuro Presidente

TAURUS ARMAS S.A.

TASA3 TASA4

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - 29 de Abril de 2026, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2026, às 14 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração; e (v) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição da Companhia de sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>). Tais documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 27/04/2026, às 14 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores, por e-mail para agoe@taurus.com.br ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia a distância, usando o "Boletim de Voto a Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (<https://ri.taurusarmas.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo o "Boletim de Voto a Distância" devidamente preenchido ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001-09

NIRE 43.300.034.381

Assembleia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 17:00 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores. Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

Luciano Adures de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL

CNPJ 92.192.236/0001-95

NIRE 43.300.016.901

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 17:15 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores. Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

Luciano Adures de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

Pregão Eletrônico nº 13/2026. Objeto: Locação de lonas e stands para Expocipó. Data de abertura dia 17/04/2026 às 11:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Pregão Eletrônico nº 14/2026. Objeto: Locação de carreta sanitária e banheiros químicos para Expocipó. Data de abertura dia 22/04/2026 às 09:00 horas através do site www.pregaobanrisul.com.br. Editais em www.capaodocipo.rs.gov.br. Adair Fracaro Cardoso- Prefeito de Capão do Cipó.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, em atenção ao **Parágrafo Único do Art. 28 do Compromisso Estatutário**, convoco Irmãos(ãs) integrantes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no **dia 23 de abril do corrente ano, às 9h, em primeira convocação, e se não houver quórum, às 9h30, em segunda convocação, no Anfiteatro Hugo Gerdau desta Instituição**, localizado na Rua Prof. Annes Dias, 295 - Centro de Porto Alegre, tendo a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e deliberação sobre o Relatório Anual das atividades desenvolvidas na Santa Casa, inclusive em seus aspectos econômico-financeiros, do exercício de 2025, dispondo da deliberação da Mesa Administrativa e dos pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Externa Independente;

2. Assuntos Gerais.

Ir. Marília Maria dos Santos Severo

1ª Escrivã da Mesa - De ordem do Ir. Provedor

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Governo reajusta auxílio-alimentação para R\$ 1.192

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, na quinta-feira, um novo reajuste nos benefícios pagos a servidores públicos federais, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e auxílio-saúde.

O vale-alimentação passará para R\$ 1.192, aumento de R\$ 17 no benefício. O novo valor deve entrar na folha de abril, com pagamento em maio. De acordo com o governo, o auxílio-alimentação saiu de R\$ 458 de 2016 a 2022 para R\$ 1.175 em 2025 e, com o reajuste, o aumento acumulado no período é de 160%.

Os aumentos nos benefícios têm custo estimado de R\$ 283 milhões em 2026, valor que, segundo o governo, já está previsto no orçamento.

O governo também informou reajustes na assistência pré-escolar, ou auxílio-creche, que deve chegar a R\$ 526,34, e na assistência à saúde suplementar, que terá valor médio de R\$ 213,78.

Nesse caso, os novos valores devem ser incluídos na folha de maio, com pagamento previsto para junho, segundo o ministério. A proposta foi apresentada durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Prefeitura Municipal de São Jorge

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O município de São Jorge/RS, torna público a retificação de edital de credenciamento na nº 002/2026, que objetiva a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, BALANCEAMENTO E BORRACHARIA PARA AUTOMÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO**. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, resolve: I – Retificar o Edital em epígrafe para alterar condições do item 4, V – “**Qualificação Técnica.**” II – Demais condições do edital permanecem inalteradas. III - Ratificam-se os demais itens do Edital. Edital: <https://www.saojorge.rs.gov.br/> e e-mail admin@saojorge.rs.gov.br. São Jorge - RS, 27 de março de 2026. Danilo Salvaggio, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de São Jorge

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

Data da Sessão: 13 de abril de 2026: 09h00min. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge-RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2026, de critério de julgamento de menor preço por item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS**. O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: <https://www.saojorge.rs.gov.br>. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Daltro Filho, nº 901, Centro - CEP 95.365-000, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone (54) 3341-1600 ramal: 235 ou pelo site: www.pmgv.rs.gov.br. Getúlio Vargas, 27 de março de 2026. PEDRO PAULO PREZZOTTO Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 207/2026. Edital: Concorrência Nº 5/2026. Tipo: Concorrência. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ NA RUA MAX PADARATZ – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – FPE 2025/5189 – Processo 25/2600-0001179-0. Entrega dos Envelopes: 09:00. Horário: 16 de abril de 2026. Abertura dos Envelopes: 09:00. Horário: 16 de abril de 2026. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Firmino Girardello, nº 85 - Centro, Getúlio Vargas – RS, pelo fone (54) 3341-1600 ramal: 235 ou pelo site: www.pmgv.rs.gov.br. Getúlio Vargas, 27 de março de 2026. PEDRO PAULO PREZZOTTO Prefeito Municipal

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

Companhia Aberta de Capital Autorizado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 29 de abril de 2026, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por meio de participação: (i) via Boletim de Voto à Distância, ou (ii) via Plataforma Eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 6. eleger os membros do Conselho Fiscal; 7. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Informações Gerais: 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram publicadas no dia 10 de março de 2026, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) - impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente Boletim de Voto à Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia, sendo que, neste caso, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio do Boletim de Voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e no próprio Boletim de Voto. 3. Adicionalmente, o acionista e/ou representante legal que desejar participar da Assembleia virtualmente, por meio da Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverá enviar **impreterivelmente até às 23:59 do dia 27 de abril de 2026**, por meio do endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/171416560> sua solicitação de cadastro e fornecer toda a documentação obrigatória, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, indicadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Informações adicionais a respeito do acesso ao sistema eletrônico e da participação virtual podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na Assembleia e para melhor entendimento das matérias constantes na ordem do dia no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração, divulgado no site da Companhia <https://ri.lojasrenner.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia. Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026. Carlos Fernando Souto Presidente do Conselho de Administração



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras 2025

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Em 2025, as economias da Europa e dos Estados Unidos apresentaram desempenho semelhante. O crescimento econômico, a inflação e o desemprego mantiveram-se em níveis razoáveis, próximos aos do ano anterior. A principal diferença entre os dois territórios foi o ritmo de redução das taxas de juros: na Europa, o processo ocorreu de forma mais acelerada no primeiro semestre, enquanto nos Estados Unidos a queda se concentrou no segundo semestre.

Porém, a política comercial norte-americana, marcada pela imposição de tarifas de importação para diversos países, inclusive o Brasil, gerou instabilidade nos fluxos de mercadorias durante boa parte do ano. Posteriormente, o reajuste tarifário impactou os preços domésticos, levando o governo dos Estados Unidos a reverter as sobretaxas. A China, por sua vez, vem tentando nos últimos anos acelerar o crescimento econômico por meio da redução das taxas de juros e outras medidas de estímulo ao investimento. Em 2025, os juros foram novamente reduzidos, mas os efeitos esperados não se concretizaram. A crise persistente no setor imobiliário - um dos pilares dos investimentos chineses - e o consumo doméstico contido limitaram a expansão da economia, mantendo a inflação próxima da neutralidade.

No Brasil, o crescimento médio dos últimos anos foi de aproximadamente 3%, mesmo diante de uma elevada taxa de juros, que permaneceu em 15% nos últimos seis meses de 2025. Observou-se, entretanto, uma desaceleração da inflação nesse ano, indicando perspectivas de queda para 2026 tanto da inflação quanto dos juros. Destaca-se ainda o desempenho positivo do mercado de trabalho, com taxa de desocupação na mínima histórica de 5%.

Nos estados da Região Sul, onde a exportação é uma fonte relevante de receita, houve preocupação com a elevação das tarifas norte-americanas. Apesar do impacto negativo em alguns segmentos, o efeito geral foi limitado, graças à diversidade de destinos das exportações sulistas. Destaca-se nesses estados a taxa de desemprego em baixos patamares, ainda inferior à do País como um todo.

No contexto corporativo, o BRDE concluiu a revisão do seu Planejamento Estratégico 2025-2030, deixando esse convergente com as diretrizes e objetivos definidos no Visão Regional 2040. No trabalho, evidencia-se as iniciativas a serem implementadas para a efetivação dos legados do Banco considerando o fortalecimento das cadeias produtivas, a resiliência e a sustentabilidade ambiental da região, o desenvolvimento das cidades e a excelência em inovação.

Na prática, esses objetivos foram refletidos em R\$ 5,6 bilhões em novos financiamentos, dos quais 79,1% são aderentes a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse desempenho impulsionou a carteira de crédito do BRDE a um patamar histórico, ultrapassando R\$ 24,1 bilhões - um crescimento de 12% em relação ao ano anterior.

Considerando a relevância da produção de alimentos na região, o BRDE tem oferecido suporte expressivo aos produtores rurais, especialmente à agricultura familiar, cooperativas agroindustriais e empresas do agronegócio. Em 2025, foram destinados R\$ 2,8 bilhões para essas atividades.

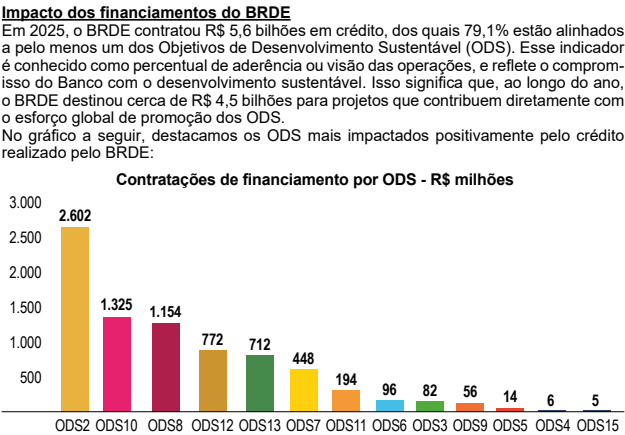
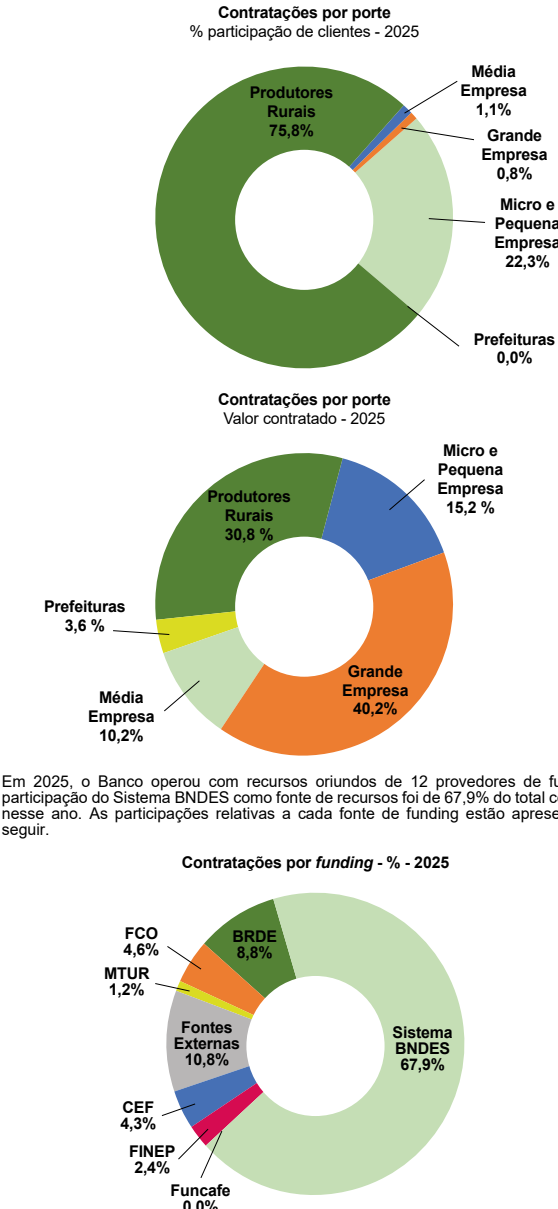
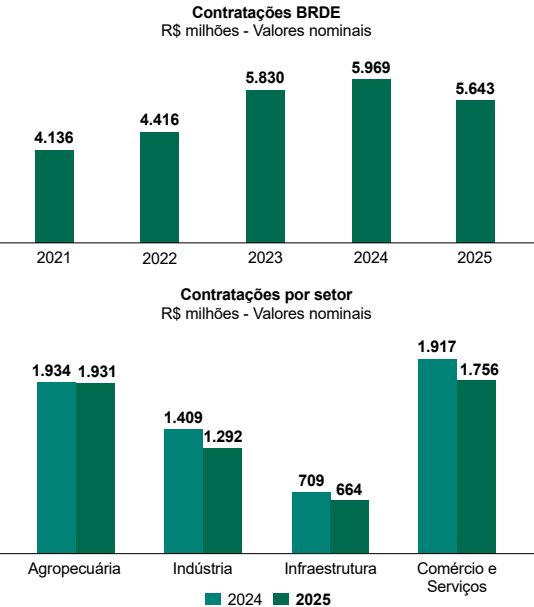
No ecossistema da inovação, o Banco ampliou suas ações no âmbito do BRDE Labs para fortalecer a capacidade das *startups* de desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e atrair investimentos. Além disso, diversas *startups* da Região Sul receberam aportes de recursos dos Fundos de Investimento em Participação (FIPs) em que o BRDE é cotista.

Para impulsionar a economia da sua área de atuação, o Banco obteve recursos financeiros de instituições internacionais e nacionais, captou no mercado de capitais de renda fixa, além de utilizar recursos próprios na contratação de novos financiamentos. Importante salientar a intensificação em duas frentes de trabalho. Em relação às Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Banco está envolvido na estruturação de 5 projetos municipais, contemplando iluminação pública e educação infantil. Sobre o Fundo Verde e de Equidade, estabelecido em 2022, o BRDE está participando de 11 iniciativas, algumas já colhendo os frutos das soluções apoiadas para a sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Desempenho Operacional

As contratações de financiamento do BRDE mantiveram o patamar do ano anterior, totalizando R\$ 5,6 bilhões em crédito contratado. Esse volume contempla uma ampla diversidade de empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos, distribuídos por toda a área de atuação do Banco.

Ao analisar as contratações de crédito por setor da economia, observa-se a manutenção de montantes semelhantes nos dois últimos anos. A agropecuária (setor primário) destacou-se como o setor com maior volume de contratações, totalizando R\$ 1,9 bilhão, seguida pelo comércio e serviços, com R\$ 1,8 bilhão, pela indústria, com R\$ 1,3 bilhão, e pela infraestrutura, que registrou R\$ 664 milhões em contratações.



Destacamos o financiamento de R\$ 2,6 bilhões a projetos relacionados aos desafios do ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, sendo este o objetivo mais impactado pela atuação do Banco.

O volume expressivo de recursos destinados a projetos sustentáveis evidencia-se nos financiamentos vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima - que somaram R\$ 712 milhões, e ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis - com R\$ 772 milhões.

Parcela significativa desses recursos, enquadrada em ambos os objetivos, foi direcionada à geração de energia a partir de fontes renováveis, além de iniciativas voltadas à eficiência energética - a exemplo da modernização da iluminação pública - e ao fortalecimento da resiliência climática nos municípios.

O BRDE também utiliza como metodologia para a medição dos impactos socioeconômicos de suas contratações a Matriz Insumo-Produto do Brasil, mas com resultados regionalizados sob a perspectiva do emprego, renda e tributos (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), considerando a demanda gerada pelos investimentos viabilizados pelo BRDE.

Em 2025, os dados referentes aos investimentos do BRDE apontaram a manutenção ou a geração de 83.425 novos postos de trabalho nos estados do Codesul ao longo de um ano. Os resultados de emprego em modelos insumo-produto representam a quantidade de trabalhadores necessária para a expansão da produção, não correspondendo necessariamente à geração líquida de postos. Isso significa que parte desses empregos pode já estar ocupada anteriormente e contribuir para o crescimento da produção por meio de realocação e/ou aumento da produtividade.

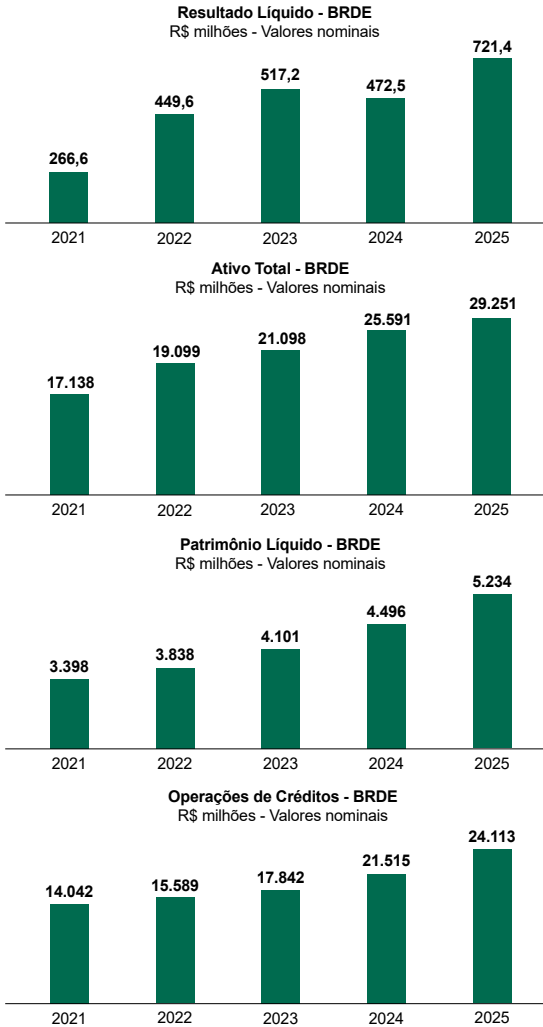
As liberações efetuadas pelo BRDE em 2025 contribuíram com R\$ 6,5 bilhões para o Valor Adicionado Bruto (VAB) da região do Codesul. Isso equivale a um impacto de R\$ 1,17 em VAB para cada R\$ 1 liberado pelo Banco. O Valor Adicionado Bruto (VAB) representa o valor que cada setor da economia - agropecuária, indústria e serviços - acresce ao total produzido em uma região. Esse indicador reflete a riqueza gerada e tem peso relevante no cálculo do produto interno bruto (PIB) de cada estado. O estudo também aponta que os financiamentos do BRDE geraram um impacto significativo na arrecadação de ICMS, principal tributo estadual compartilhado entre os municípios, estimado em R\$ 666 milhões na região do Codesul. Além disso, foi constatado um impacto na massa salarial, que alcançou o montante de R\$ 3,0 bilhões.

Destaque Financeiros

O lucro líquido do BRDE em 2025 alcançou R\$ 721,4 milhões, representando um crescimento de 52,7% em relação ao resultado de 2024. Esse desempenho expressivo foi impulsionado principalmente pelo aumento das receitas operacionais, em linha com a expansão da carteira de crédito do Banco. O ativo total registrou crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 29,2 bilhões no fim de 2025, também influenciado pelo crescimento do saldo das operações de crédito. O patrimônio líquido (PL) do BRDE manteve sua trajetória de crescimento, encerrando o

ano em R\$ 5,2 bilhões - um avanço de 16,4% em relação a 2024. Esse resultado decorre principalmente dos lucros gerados pelo Banco, que são integralmente reinvestidos. O fortalecimento do PL amplia a capacidade de alavancagem do BRDE, permitindo intensificar o apoio ao desenvolvimento econômico na sua área de atuação.

O saldo das operações de crédito e os repasses financeiros do BRDE cresceram 12,1% em 2025, totalizando R\$ 24,1 bilhões (Gráfico 10). Esse resultado reflete o ritmo da contratação de novos empréstimos e financiamentos. A carteira é composta por 44,8 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.211 municípios, sendo 1.136 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 95,4% dos municípios da Região Sul.



O Índice de Basileia do BRDE atingiu 19,94 no exercício de 2025, mantendo níveis adequados de capitalização.

Captação de recursos no mercado de renda fixa

A política de diversificação de *funding* do BRDE estabelece a emissão de instrumentos de renda fixa como uma das suas frentes de captação de recursos. Em 2025, foram emitidos R\$ 484 milhões por meio de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Letras Financeiras (LFs), permitindo ao BRDE alcançar a marca de R\$ 1,17 bilhão em recursos captados. A demanda consistente por papéis do BRDE em 2025 e a ampliação do relacionamento com corretoras, fundos de investimento e clientes diretos do Banco evidenciam o reconhecimento do mercado quanto à solidez da instituição.

Captação de recursos externos

Com foco prioritário em projetos de alto impacto ambiental e climático, o BRDE firmou, em junho, uma nova operação com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 120 milhões de euros. Os recursos serão destinados a financiamentos nos estados do sul do Brasil, com destaque para projetos nas áreas de educação, saúde, preservação cultural e resposta a desastres naturais - uma das grandes inovações dessa parceria. Além do crédito, a operação também conta com recursos para assistência técnica voltada, entre outras questões, ao desenvolvimento e o fortalecimento institucional do BRDE.

Essa é a quarta captação de recursos do BRDE com a AFD e a maior em volume desde o início da colaboração. As operações anteriores ocorreram em 2018 (50 milhões de euros), 2020 (70 milhões de euros) e 2022 (100 milhões de euros), todas voltadas a iniciativas de sustentabilidade. Com a nova operação, o total captado pela parceria chega a 340 milhões de euros.

Rating

Periodicamente, o BRDE é submetido à avaliação de risco por agências de rating. Atualmente, a Fitch Ratings, a Moody's Investors Service e a Moody's Local BR são as agências que avaliam o Banco.

A agência Fitch Ratings, na sua análise realizada em maio de 2025 afirmou os credit ratings do BRDE. Os *Issuer Default Ratings* (IDR, em português, Ratings de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moedas estrangeira e local permaneceram em BB, em linha com o rating soberano, e os IDR de curto prazo em moedas estrangeira e local em B, com a perspectiva estável. A Fitch também afirmou o Rating Nacional de Longo e Prazo em AAA(bra) e o Rating Nacional de Curto Prazo em F1+(bra) do Banco. Considera-se que a qualidade de crédito dos três estados controladores influencia fortemente os ratings do Banco.

Em setembro de 2025, a Moody's Investors Service manteve o rating global de longo prazo do BRDE em ba2, com perspectiva estável. A Moody's Local BR ("Moody's Local") também manteve, em dezembro de 2025, o rating de emissor do BRDE em AA-br, com perspectiva estável.

O perfil de crédito do Banco é fortalecido por seu elevado nível de capitalização, impulsionado pela incorporação de seus lucros. Além disso, sua classificação de crédito reflete o expressivo apoio dos estados controladores - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - em razão do papel estratégico da instituição no desenvolvimento da Região Sul, especialmente como agente relevante no financiamento do agronegócio.

Febraban

Em outubro, o BRDE tornou-se membro da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), reforçando sua presença no mercado de capitais e sua posição como a segunda maior instituição pública de fomento do país.

A Febraban reúne 112 bancos entre os maiores que operam no Brasil, e o BRDE passa a ser a segunda instituição de fomento associada, ao lado do BNDES. Fundada em 1967, a entidade tem como missão fortalecer o Sistema Financeiro Nacional e sua relação com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável do país.

Destaque Institucionais

Fundo Verde e de Equidade

O Fundo Verde e de Equidade, criado em 2022, consiste em um conjunto de iniciativas como a formação de parcerias, a estruturação de editais e a seleção de projetos para a promoção de impacto positivo socioambiental, climático e de preservação ao patrimônio histórico e cultural na Região Sul. O Fundo tem como dotação até 1,5% do lucro líquido anual auferido pelo Banco no ano imediatamente anterior, além de possíveis contribuições, doações, transferências ou repasses com destinação específica.

O BRDE, entre 2024 e 2025, realizou onze seleções de projetos em cooperação com parceiros operacionais para receber o financiamento com recursos do Fundo. À seguir, apresentamos as ações lançadas com parceiros institucionais, em 2025, que contam com o Fundo Verde e de Equidade:

- Projetos de Segurança Hídrica: iniciativa da Teia de Soluções | CAMP Viva Água – Impactos positivos para a segurança hídrica que irá selecionar, capacitar e financiar projetos voltados à segurança hídrica em municípios do Sistema Integrado de Abastecimento Público da Grande Curitiba, dentro da bacia hidrográfica do Alto Iguaçu;
- Matchfunding TrilhaRS: edital colaborativo criado para apoiar projetos voltados à regeneração e recuperação do Rio Grande do Sul, severamente afetado por catástrofes climáticas;
- Créditos de Biodiversidade no Paraná: em uma iniciativa inédita entre bancos de



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 - VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS (AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

I. Empréstimos e financiamentos; II. Prestação de garantias; III. Investimentos; IV. Prestação de serviços; V. Convênios de qualquer natureza; VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui uma agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil). Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25 de março de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores. A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/2021 revogou a Resolução CMN nº 2.682/1999, que definia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/2023 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Segundo as diretrizes do artigo 79 da Resolução CMN 4.966/2021, durante o exercício de 2025 não serão apresentadas as demonstrações financeiras para fins comparativos aos períodos anteriores.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem as disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, depósitos bancários e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundos de investimentos, com vencimentos em até 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da sua aquisição, originação ou emissão, pelo seu valor de transação ou pelo valor justo, nos casos cabíveis.

a. Ativos financeiros

A classificação e mensuração subsequente é feita com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e nas características do fluxo de caixa contratuais (teste SPPJ).

• Modelo de negócios: refere-se a maneira pela qual o BRDE gerencia os seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa, podendo ser: (i) modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) modelo de negócio cujo objetivo é alingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda; (iii) outros riscos.

• Teste SPPJ: analisa as características de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de evidenciar se os fluxos de caixa desses ativos são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

• Custo amortizado (CA): ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo incluindo os custos de transação e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros que atendam aos critérios do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos contratuais quanto para venda. Os ativos são inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receitas de juros) são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou designados no reconhecimento inicial como VJR para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente avaliados a valor justo sendo os custos de transações e as modificações subsequentes do valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período.

b. Passivos financeiros

No BRDE, como regra geral, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo. Exceção à regra geral estão os derivativos passivos, operações envolvendo empréstimos ou aluguel de ativos financeiros e passivos resultantes da transferência de ativos que devem ser classificados como VJR.

Compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas seguem critérios específicos de reconhecimento e mensuração, levando em consideração tanto a expectativa de perdas esperadas quanto o valor justo no momento inicial.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do BRDE no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações são contabilizadas no resultado.

O BRDE adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* a valor justo, para as operações de swap elegíveis para tal. Os instrumentos classificados nessa categoria se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam: (i) objetivo do *hedge*; (ii) identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco; (iii) classificação e estratégia do *hedge*; (iv) procedimentos internos de escrituração; (v) identificação de objeto e instrumento de *hedge*.

d. Mensuração do valor justo

O BRDE utiliza a seguinte hierarquia para mensuração do valor justo dos seus instrumentos financeiros:

• Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;

• Nível 2: preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros semelhantes ou baseado em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos;

• Nível 3: modelos de precificação que utilizam referências de preços, taxas e dados não observáveis no mercado.

e. Taxa efetiva de juros (TJE)

A taxa efetiva de juros (TJE) é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

A aplicação da TJE ocorre sobre o valor contábil bruto do instrumento financeiro, ajustado da seguinte forma:

• Para os ativos financeiros devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento;

• Para os passivos financeiros devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

O BRDE, após estudo técnico elaborado para tal finalidade, adotou para os custos e receitas atribuíveis a utilização do critério da materialidade previsto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/2023, de forma que sua TJE é igual a taxa contratual.

f. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina que o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser baseado em um modelo prospectivo de perdas esperadas. Devido ao seu enquadramento, segmento S3, o BRDE é obrigado a adotar a metodologia completa.

O BRDE reconhece provisão para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A partir daí avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva, através de grupos homogêneos, fazendo com que o instrumento financeiro seja classificado em alguns dos seguintes estágios:

• Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;

• Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

• Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, considerados ativos problemáticos. Enquadram-se nesse estágio: (i) os ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias); (ii) ativos financeiros que tenham indicativo que não honraram integralmente suas obrigações; (iii) ativos financeiros reestruturados.

Para os ativos financeiros inadimplidos, como parte do total da provisão esperada, é constituída provisão sobre perdas incorridas. O nível de provisão das operações deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, as receitas geradas pelos ativos problemáticos (*stop-accrual*). Essas receitas são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento, não se aplicando às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

A regularização do atraso, além de outros fatores definidos em Política aprovada pela Administração do BRDE, justifica a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura).

O BRDE, através de modelos estatísticos internos, efetua o cálculo das perdas esperadas, considerando os seguintes fatores:

• PD (*Probabilidade of default*) - Probabilidade de ocorrência do *default* (inadimplência) em janela de tempo pré-determinada;

• EAD (*Exposure at default*) - Representa o valor em aberto no momento do *default*;

• LGD (*Loss given default*) - É o percentual de perda após o evento de *default*.

g. Baixa do instrumento financeiro

A baixa de um ativo financeiro, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021, ocorre quando:

• os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram;

• ocorrer a venda ou transferência deste ativo;

• não houver mais expectativa de sua recuperação (*write-off*).

De acordo com a política aprovada pela sua Administração, no BRDE o *write-off* ocorre no 21º mês após ser classificado como inadimplente (atraso superior a 90 dias), mas manterá controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

h. Recuperação e reestruturação

A renegociação é um acordo que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

A reestruturação é uma renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Nesse caso, o valor contábil bruto do instrumento financeiro deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, sendo descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada ou pela taxa de juros repactuada. A Resolução CMN nº 5.146/2024 faculta, até dezembro de 2026, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada.

3.3 Outros ativos

Relativo ao BRDE são compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda (AMVS) e por despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou de duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio não mais utilizáveis e disponíveis para venda.

Anualmente é feita a avaliação destes AMVS e, caso o valor apurado seja inferior ao contabilizado, é constituída uma provisão por redução do valor recuperável do ativo.

3.4 Imobilizado e intangível

Os bens que constituem o imobilizado são contabilizados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e ajustado ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, basicamente softwares e direitos de uso, adquiridos ou desenvolvidos internamente destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o BRDE é de 20%.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos.

Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem.

Aqueles decorrentes de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) cronograma de reembolso do crédito; e

b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467/2022;

• Demais provisões: previsão de pagamento.

3.6 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante delas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

3.7 Benefício pós-emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 17). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.

- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas

CNPJ 92.816.560/0001-37

SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

OUIDORIDA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras 2025

atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades reguladoras, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

3.8 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

3.9 Resultado não recorrente

Consideramos como resultado não recorrente aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros. Quando ocorrido demonstramos esse resultado em nota explicativa.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

	Circulante	Não Circulante
ATIVO	7.445	-
Disponibilidades	6.905.857	22.427.840
Ativos financeiros mensurados:	2.934.005	1.970.213
Ao valor justo no resultado	-	71.638
Ao valor justo em outros resultados abrangentes	3.971.852	20.385.989
Ao custo amortizado:	3.943.897	20.301.022
Carteira de crédito	27.955	84.967
Demais ativos financeiros	-	-
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(117.579)	(522.916)
Outros ativos	28.840	44.750
Ativos fiscais diferidos	-	431.410
Imobilizado	-	38.599
Intangível	-	7.014

	Circulante	Não Circulante
PASSIVO	360.917	902.986
Depósitos e captações no mercado	2.641.328	14.584.046
Repasse dos país	545.297	3.136.568
Empréstimos e repasses do exterior	515.398	-
Outros passivos financeiros	8.418	11.048
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	815.115	22.716
Outros passivos	30.328	128.952
Provisões	-	34.342
Passivos fiscais diferidos	-	279.904
Passivo atuarial	-	-

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades	31/12/2025
Repasse dos fundos de investimentos	7.445
Total	2.129.960
Total	2.137.405

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

6.1 Composição da carteira

	Valor aquisição	Valor Justo	Saldo em
	Nível 1	Nível 2	31/12/2025
Cotas de fundo de renda fixa - nota 5	2.129.960	2.129.960	-
Cotas de fundo de renda fixa (*)	2.136.563	2.392.890	-
Cotas de fundo de renda fixa - rec. FSA	332.652	332.652	-
Cotas de fundo de participação (*)	37.350	47.478	-
Instrumentos financ. derivativos - nota 6.3 ..	38	-	38
Outros	1.200	1.200	-
Total	4.637.763	4.904.180	38

(1) Deste montante, R\$ 9.778 estão caucionados a processos judiciais trabalhistas.

(2) São cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas contas atualizadas de acordo com os valores divulgados pelos respectivos administradores.

6.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Cotas de fundo de renda fixa	2.601.353	1.150.770	770.727	4.522.850
Cotas de fundo de renda fixa - rec. FSA	332.652	-	-	332.652
Cotas de fundo de participação	-	-	47.478	47.478
Instrumentos financeiros derivativos	-	38	-	38
Outros	-	-	1.200	1.200
Total	2.934.005	1.150.808	819.405	4.904.218

6.3. Instrumentos financeiros derivativos

ATIVO	31/12/2025
Contratos swap - sem estrutura de hedge	38
Passivo	19.466
Contratos swap - com estrutura de hedge - nota 6.4	19.334
Contratos swap - sem estrutura de hedge	132

6.4 Contabilidade de Hedge

O BRDE possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para se proteger dos riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

A proteção ocorre por meio de contratos de swap, nas seguintes condições:

• Ponta ativa: Euro + SOFR + taxa contratual;

• Ponta passiva: Real + CDI + taxa contratual;

• Periodicidade e vencimento: idênticos ao do objeto de *hedge*.

As variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge*, em estruturas de valor de mercado são reconhecidos diretamente no resultado.

	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste valor justo	Valor de mercado
Instrumento	208.433	18.361	973	19.334
Objeto	208.433	200.364	(990)	199.374

A avaliação da efetividade da estrutura de *hedge* é realizada no momento da designação e revisada periodicamente por ocasião dos encerramentos contábeis. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de *hedge* e o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
CAF	US 30.000	10/04/2025	15/02/2028	SOFR6M+1,3%a.a.
CAF	US 5.700	15/09/2025	15/08/2029	SOFR6m+1,85%a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada.

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

7.1 Composição da carteira

	Valor aquisição	Valor Justo Nível 1	Saldo em Nível 2	31/12/2025
Letras financeiras do tesouro	71.638	71.638	-	71.638
Total	71.638	71.638	-	71.638



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras 2025

c. Composição por faixa de vencimento

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Até 1 ano	3.496.880	290.515	156.502	3.943.897
De 1 a 5 anos	10.208.465	1.280.523	252.298	11.741.286
Acima de 5 anos	6.847.726	1.336.359	375.651	8.559.736
Total da carteira de crédito	20.553.071	2.907.397	784.451	24.244.919
Vencidos há mais de 30 dias	-	184.533	478.488	663.021

d. Composição da carteira por setor de atividade

	31/12/2025	%
Setor público	1.463.414	6,04%
Setor privado	22.781.505	93,96%
Agropecuária	6.615.278	27,28%
Indústria	5.407.857	22,31%
Infraestrutura	4.705.790	19,41%
Comércio	3.848.697	15,87%
Serviços	974.979	4,02%
Turismo	359.095	1,48%
Saúde	135.175	0,56%
Intermediação financeira	354.287	1,46%
Recreação e lazer	220.399	0,91%
Alimentação	76.822	0,32%
Educação	83.126	0,34%
Total da carteira de crédito	24.244.919	100%

e. Concentração por cliente

	31/12/2025	%
Maior devedor	382.387	1,58%
10 maiores seguintes	2.429.919	10,02%
20 maiores seguintes	2.747.908	11,33%
50 maiores seguintes	3.581.169	14,77%
100 maiores seguintes	3.033.807	12,51%
Demais devedores	12.069.729	49,79%
Total da carteira de crédito	24.244.919	100%

f. Baixa e recuperação de instrumentos financeiros

	31/12/2025	%
Instrumentos financeiros baixados	5.966	24,50%
Recuperação de créditos baixados	233.073	9,61%

g. Créditos renegociados

	31/12/2025	%
Créditos renegociados	12.634	100%
Reestruturados	10.874	86,07%
Não reestruturados	1.760	13,93%

h. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

	31/12/2025	%
Receitas não reconhecidas de ativos problemáticos	485.116	100%
Expectativa de recuperação de ativos problemáticos	293.281	60,46%

8.2 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025	%
Rendas a receber	16.189	100%
Devedores por depósitos em garantia	69.438	429,30%
Ativo atuarial - benefício pós-emprego (nota 17.2.1)	22.430	138,56%
Adiantamentos e antecipações salariais	2.991	18,50%
Outros ativos financeiros	1.874	11,58%
Total	112.922	699,94%

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS

ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

9.1 Composição da provisão por estágio da carteira de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	7.555	2.756	74.510	84.821
Financiamentos	28.124	14.113	433.153	475.390
Financiamentos rurais	13.534	5.466	59.585	78.585
Operações c/ caract. de concessão de crédito	176	44	1.479	1.699
Total da provisão sobre a carteira de crédito	49.389	22.379	568.727	640.495

9.2 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	63.855	1.349	460.796	526.000
Constituições (reversões) líquidas	(30.179)	13.069	135.470	118.360
Write-off	-	-	(3.865)	(3.865)
Mudança de estágio:				
entre estágios 1 e 2	15.713	7.961	(23.674)	-
entre estágios 1 e 3	(1.372)	1.372	-	-
entre estágios 2 e 3	17.085	-	(17.085)	-
entre estágios 2 e 3	-	6.589	(6.589)	-
Saldo final	49.389	22.379	568.727	640.495

9.3 Despesa (receita) da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre	Exercício
Provisão (reversão) sobre a carteira de crédito	128.791	120.461
Provisão (reversão) sobre garantias financeiras prestadas	16.247	12.794
Provisão (reversão) sobre créditos a liberar	1.111	134
Total	145.149	133.389

10. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	%
Despesas pagas antecipadamente	5.164	100%
Obras de arte	270	5,23%
Ativos não financeiros mantidos para venda	80.945	1,57%
Provisão desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(12.789)	-24,10%
Total	73.590	1,42%

11. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO MERCADO

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Depósitos a prazo - CDB e RDB	137.488	41.579	16.998	196.065
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	148.862	74.615	317.386	540.863
Letras de crédito do agronegócio - LCA	74.567	336.433	-	411.000
Letras financeiras - LF	-	99.317	16.658	115.975
Total	360.917	551.944	351.042	1.263.903

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Do país	2.641.328	8.905.131	5.678.915	17.225.374
BNDES	1.770.909	5.881.334	3.960.087	11.612.330
FINAME	349.023	1.303.703	441.639	2.094.365
FINEP	268.562	939.213	199.535	1.407.310
BB	55.326	213.667	253.117	522.110
CEF	86.062	275.532	508.352	869.946
FUNGETUR	99.096	286.206	302.686	687.988
Outros	12.350	5.476	13.499	31.325
Do exterior	545.297	1.203.385	1.933.183	3.681.865
AFD	181.764	477.779	552.680	1.212.223
CAF	141.553	275.060	10.275	426.888
BEI	52.158	175.535	187.887	415.580
NDB	33.230	111.495	631.804	776.529
BID	123.879	131.376	468.267	723.522
BIRD	12.713	32.140	82.270	127.123
Total - 31/12/2025	3.186.625	10.108.516	7.612.098	20.907.239

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), European Investment Bank (BEI) e International Bank of Reconstruction and Development (BIRD) - operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final; Corporación Andina de Fomento (CAF) - operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (swap offshore);

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025	%
Fundo Setorial do Audiovisual - FSA ⁽¹⁾	320.704	100%
Ministério do Turismo - FUNGETUR ⁽²⁾	34.252	10,68%
Fundo Impulsiona Sul ⁽³⁾	151.986	47,43%
Valores de mutuários a regularizar ⁽⁴⁾	8.456	2,64%
Total	515.398	156,75%

- (1) Recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.
(2) Recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.
(3) Recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio dos controladores destinados para Fundo Impulsiona Sul (nota 25.d).
(4) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	%
Juros sobre o capital próprio	403.704	100%
Impostos e contribuições a recolher	338.265	83,81%
Participação nos lucros e resultados	13.773	3,41%
Honras de fundos garantidores	22.716	5,63%
Outros passivos	59.373	14,73%
Total	837.831	206,68%

15. PROVISÕES

Composição das provisões:

	31/12/2025	%
Provisão para contingências (nota 15.1)	106.740	100%
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	30.328	28,40%
Provisão sobre garantias financeiras ⁽²⁾	16.607	15,56%
Provisão sobre créditos a liberar ⁽³⁾	5.605	5,25%
Total	159.280	149,21%

- (1) Provisonamento de despesas de pessoal (férias, 13º salário, licença prêmio, dentre outros).
(2) O montante garantido é de R\$ 236.732. Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.
(3) Provisão constituída sobre o saldo de operações contratadas, que somam R\$ 1.131.351, cujos recursos ainda não foram liberados aos clientes.

15.1 Provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial - 01/01/2025	36.629	75.463	112.092
Constituição	1.550	-	1.550
Atualização	2.562	6.697	9.259
Baixa por reversão	(5.887)	(1.495)	(7.382)
Baixa por pagamento	(4.263)	(4.516)	(8.779)
Saldo final - 31/12/2025	30.591	76.149	106.740

De acordo com a nota 3.6, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 26.537. As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
a. R\$ 65.645 referem-se a honorários de sucumbência;
b. R\$ 10.502 referem-se a embargos interpostos por mutuários contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 65.832. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 7.422.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 33.406.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período.

	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	441.432	1.047.140
Participações no lucro	(10.425)	(20.460)
Resultado antes dos tributos	431.007	1.026.680
Alíquotas vigentes	45%	45%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota vigente	(193.953)	(462.006)
Efeitos na apuração dos tributos:		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(121.554)	(139.409)
Juros sobre o capital próprio	181.666	181.666
Incentivos fiscais	9.603	9.706
Outros valores	109	213
IRPJ e CSLL corrente	(124.129)	(409.830)
IRPJ e CSLL diferido	89.092	104.516
Total IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(35.037)	(305.314)

16.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A entrada em vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Lei nº 14.467/2022, a partir de 01/01/2025, impactou:

- a) Na mudança do cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, não dedutíveis para apuração do imposto de renda e da contribuição social; e
b) Que as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

a) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	01/01/2025	Constituição	Reversão	31/12/2025
ATIVO DIFERIDO				
Contrapartida no resultado	429.083	184.640	(200.990)	412.733
Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	216.059	146.108	(117.963)	244.204
Provisão para contingências	50.442	4.009	(6.418)	48.033
Provisão para assistência médica	33.403	9.581	(3.106)	39.878
Baixado em prejuízo - transição Lei 14.467	106.044	-	(49.803)	56.241
Inadimplentes em dez/2024 - transição Lei 14.467	18.579	-	-	18.579
Outras	4.556	24.942	(23.700)	5.798
Contrapartida no patrimônio líquido	18.051	4.296	(3.670)	18.677
Provisão para assistência médica	18.051	4.296	(3.670)	18.677
Total - ativo diferido	447.134	188.936	(204.660)	431.410
PASSIVO DIFERIDO				
Contrapartida no resultado	145.115	19.395	(140.261)	24.249
Renegociações tributadas por caixa	121.652	16.767	(138.419)	-
Atualização de depósitos judiciais	23.463	2.628	(1.842)	24.249
Contrapartida no patrimônio líquido	10.928	88	(923)	10.093
Ativo atuarial - benefício pós-emprego (PB I)	10.928	88	(923)	10.093
Total - passivo diferido	156.043	19.483	(141.184)	34.342

b) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos		
Ano de realização	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2026	106.843	103.119	24,77%	3.106	2.997	9,04%
2027	76.573	68.926	17,75%	27.354	24.623	79,65%
2028	30.901	25.941	7,16%	3.106	2.607	9,04%
2029	26.860	21.029	6,23%	776	608	2,27%
2030	25.799	18.838	5,98%	-	-	0,00%
2031 a 2035	164.434	94.440	38,11%	-	-	0,00%
Total	431.410	332.293	100%	34.342	30.835	100%

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 73.472.

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2025.

17.1 Característica dos planos de benefícios

17.1.1 - Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação. O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31/12/2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 31/12/2025, o Banco figura como patrocinador de 14 participantes ativos (31/12/2024 - 44), 401 aposentados (31/12/2024 - 378) e 103 pensionistas (31/12/2024 - 104). Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado

na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras 2025

	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto atuarial (real)	7,38%	7,16%	7,16%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,38%	7,16%	7,16%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	*	N/A
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,73%	11,50%	11,50%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,73%	11,50%	11,50%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,90%	*	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	N/A
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo, desagravada em 10%		AT 2012 Basic IAM segregada por sexo, desagravada em 10%

Mortalidade dos inválidos	AT 49 Segregada por sexo		
Entrada de invalidez	Alvaro Vindas		
Taxa anual de rotatividade	Nula		
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade ao benefício programado	M: 65 anos F: 62 anos

Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro	RP I: Família efetiva (informações cadastrais); RP-II e RP-III: família média	
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	4,10%

Aging fator	N/A	N/A	Experiência Mirador: Até 29 anos: 2,0% De 30 a 49 anos: 2,3% De 50 a 79 anos: 4,0% De 80 a 89 anos: 3,2% 80 anos ou mais: 0,0%
-------------	-----	-----	---

Take up	N/A	N/A	N/A
*conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE			

17.5.1 - Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26.542)	(2.305)	(17.302)	(3,30%)	(7,06%)	(6,18%)
	Redução de 0,5%	28.271	2.588	19.729	3,51%	7,93%	6,89%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	19.276	80	12.114	2,39%	0,24%	4,33%
	redução de 1 ano	(19.724)	(68)	(12.051)	(2,45%)	(0,21%)	(4,31%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	20.338	-	-	7,27%
	Redução de 0,5%	-	-	(18.363)	-	-	(6,56%)

17.6 Fluxos de caixa futuros
17.6.1 - Fluxo de caixa ocorrido no exercício e esperado para o próximo período

	Esperado em 06/2026			Ocorrido em 12/2025		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Contribuições do empregador	1.725	1.281	7.908	4.802	1.224	7.361
Contribuições do participante	14	-	-	14	-	-
Benefícios pagos pelo plano	43.207	968	7.908	43.735	748	7.361

17.6.2 - Perfil de vencimento da obrigação atuarial
Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	PB I	PB II	PAS
Próximos 5 anos	428	11	70
Entre 6 a 10 anos	370	11	60
Após 10 anos	696	121	150

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1 Capital Social
O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 3.499.877.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse exercício ocorreram os seguintes aumentos de capital:

	Capital Social
Saldo em 31/12/2024	2.487.333
Aumento por incorporação de reservas	611.934
Aumento por recursos dos juros sobre o capital próprio	158.787
Aumento por destinação de parte do Fundo Impulsiona Sul	41.823
Aumento por aporte financeiro do sócio ⁽¹⁾	200.000
Saldo em 31/12/2025	3.499.877

(1) Recursos depositados ao BRDE em dezembro de 2024 como dotação para futuro aumento de capital social, efetivado no mês de junho/2025, após autorização do Banco Central do Brasil.

Os aumentos de capital efetivados no exercício de 2025 ocorreram nos termos dos atos societários do CODESUL em 3 de dezembro de 2024 (R\$ 125.468), do Conselho de Administração em 26 de março de 2025 (R\$ 287.076) e do CODESUL em 23 de abril de 2025 (R\$ 600.000). Os aumentos foram deferidos pelo Banco Central do Brasil, respectivamente, em 9 de abril, em 14 de maio e em 12 de junho de 2025.

18.2 Reservas de lucro
As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio. Sua movimentação no exercício foi a seguinte:

	Reservas de lucro
Saldo em 31/12/2024	2.043.333
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	25.052
Valor destinado para aumento de capital	(611.934)
Juros sobre o capital próprio	(403.704)
Resultado do exercício	721.366
Saldo em 31/12/2025	1.774.113

Conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção inicial da referida Resolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo os seus efeitos, em 01/01/2025, os seguintes:

	31/12/2024	01/01/2025	Variação
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	580.508	(535.285)	45.223
Crédito tributário sobre perdas esperadas	(254.988)	234.638	(20.350)
Rec. não reconhecida entre 61º e 90º dia de atraso	-	179	179
Efeito inicial reconhecido no PL			25.052

19. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2º semestre	Exercício
Receita com empréstimos	187.343	346.070
Receita com financiamentos	650.137	1.256.334
Receita com financiamentos rurais	431.161	816.024
Receita com operações característica concessão crédito	17.603	33.814
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	98.992	245.707
Receita com títulos de renda fixa	4.003	17.468
Receita com cotas de fundos investimentos	295.557	502.952
Receita em operações com derivativos	6.873	12.868
Total da receita de intermediação financeira	1.691.669	3.231.237
Despesa com captação - depósitos	(10.586)	(18.092)
Despesa com captação - LCA	(28.419)	(52.051)
Despesa com captação - LCD	(39.979)	(69.841)
Despesa com captação - outros	(6.857)	(10.158)
Despesa com repasses do país	(599.406)	(1.146.965)
Despesa com empréstimos e repasses do exterior	(115.428)	(224.633)
Despesa em operações com derivativos	(15.785)	(40.753)
Total da despesa com intermediação financeira	(816.460)	(1.562.293)
Resultado da intermediação financeira	875.209	1.668.944

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre	Exercício
Tarifa de análise	11.094	22.740
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	5.276	11.321
Tarifa de cadastro	1.787	3.415
Tarifa sobre liquidação antecipada	1.988	4.873
Tarifa de alteração ou estruturação de garantias	613	1.119
Tarifa de elaboração parecer/laudo/estudo técnico	591	1.080
Receita de garantias financeiras prestadas	2.050	5.239
Receita de assessoria técnica e financeira	2.952	2.952
Remuneração administração do FSA	5.608	8.011
Outras tarifas e receitas	194	429
Total	32.153	61.179

21. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre	Exercício
Remuneração	85.740	164.450
Encargos sociais	34.952	70.049
Benefícios	14.244	27.065
Honorários	4.055	7.657
Outros	2.950	5.476
Total	141.941	274.697

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	Exercício
Aluguel, condomínio, água e luz	2.017	4.171
Comunicações	812	1.677
Manutenção e conservação de bens	2.470	4.092
Processamento de dados	16.109	28.842
Promocões e relações públicas	5.280	6.503
Publicidade e propaganda	4.382	6.833
Serviços do sistema financeiro	752	1.874
Serviços de terceiros	4.030	8.207
Serviços técnicos especializados	5.616	12.073
Vigilância e segurança	712	1.411
Transportes e viagem	5.532	10.311
Emolumentos judiciais e cartórios	763	1.423
Despesas estatutárias (CODESUL)	3.651	6.784
Incentivos fiscais	9.463	9.610
Depreciação e amortização	3.734	7.282
Demais despesas administrativas	4.869	8.577
Total	70.192	119.670

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre	Exercício
Despesa com ISS	1.516	2.822
Despesa com COFINS	33.034	61.920
Despesa com PIS/PASEP	5.368	10.062
Outras despesas tributárias	2.552	4.735
Total	42.470	79.539

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre	Exercício
Variação cambial sobre disponibilidade	(1)	(6)
Variação cambial sobre operações crédito	21.554	(28.511)
Variação cambial sobre repasses e empréstimos	(25.079)	35.604
Receita (despesa) com variação cambial	(3.526)	7.087
Ajuste ao valor justo	(533)	(4.903)
Ajuste de hedge ao valor justo	1.162	3.493
Atualização de depósitos judiciais	2.822	5.537
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(83.251)	(96.620)
Venda da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	12.000	26.280
Descontos concedidos em renegociação	-	(4.017)
Outras receitas (despesas)	(514)	(1.938)
Total	(71.838)	(65.081)

(1) refere-se a venda de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem cobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

25. PARTES RELACIONADAS
a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
A relação com o ISBRE se dá através dos seguintes eventos:
• Aluguel de salas pelo BRDE para desempenho de suas atividades operacionais;
• Cessão de funcionário para exercer cargo de diretor na Fundação, sendo a remuneração e encargos ressarcidos;
• Contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício de previdência.
A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre	Exercício
Locação de salas	(476)	(935)
Ressarcimento de salários	-	642
Contribuição patronal	(7.156)	(15.211)
Total	(7.632)	(15.504)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos exercício findo os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	5.294	10.152
Diretoria	2.853	9.308
Conselho de Administração	409	469
Conselho Fiscal	116	189
Comitê de Auditoria	116	189

Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		
Total	5.294	10.152

c) Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
O BRDE obteve recursos através da emissão de títulos efetuada a 3 fundos administrados pela Banrisul Corretora cujo saldo em 31/12/2025 é de R\$ 52.057.

d) Controladores - Fundo Impulsiona Sul
Fundo criado com o objetivo de equalizar encargos e/ou utilização em mecanismos de prestação de garantias em operações, diretas ou indiretas, controladas pelo BRDE como o apoio de atividades econômicas e/ou programas de financiamento produtivo de interesse dos Estados detentores do capital do BRDE, determinadas mediante ato de seu respectivo Governador ou manifestação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL.

O saldo, em 31 de dezembro de 2025, do fundo de cada Estado é:

	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
	43.305	46.616	62.065	151.986

26. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Apetite por Riscos - RAS do BRDE. Nesse sentido, pode ser considerado como um processo em constante evolução, onde os esforços e os trabalhos são desenvolvidos de maneira a promover e garantir o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos. Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (Chief Risk Officer - CRO) e supervisionada por comitê interno específico (Comitê de Riscos - CORIS) vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para Risk Weighted Assets) são a base para o cálculo da necessidade de

patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou para-fiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

Por fim, em consonância e obediência às diretrizes dispostas na Resolução BCB nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BRDE divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>.

As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras do Banco. Em relação ao disposto no inciso XX, do art. 90 da Resolução BCB nº 352/2023, destacam-se:

- Os principais riscos aos quais a instituição está exposta, de acordo com os requerimentos de capital, são o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional. O risco de liquidez, no caso do BRDE, é constantemente monitorado. No entanto, dadas as características de atuação do banco, que se vale em grande medida da modalidade de repasses, a probabilidade de ocorrência de problemas de liquidez é atenuada.

- As políticas e os processos para o gerenciamento de riscos, contendo os princípios e os instrumentos de gerenciamento por meio dos quais o BRDE busca assegurar o cumprimento dos parâmetros e das demais disposições da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), estão disponíveis para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutural/>.

- No BRDE, os métodos utilizados para mensuração do risco são aqueles permitidos pelo Banco Central do Brasil, no formato das abordagens padronizadas, conforme as resoluções, circulares e instruções normativas correlatas a cada risco.

- O sumário de dados quantitativos sobre as exposições ao risco, suas descrições e respectivas concentrações são apresentadas na próxima nota explicativa.

27. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL
De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955/2021, 4.958/2021 e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro de 2025.

Indicadores de Capital	31/12/2025
Patrimônio de Referência (A)	5.204.454
Patrimônio de Referência Nível I	5.204.454
Capital Principal	5.204.454
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA - (A) - (B)...	5.204.454
Destaque de Capital (B)	0
Total de Ativos ponderados pelo risco (RWA)	26.104.286
Risco de crédito - RWACPAD	22.299.379
Risco de Mercado - RWAMPAD	2.565.519
RWAJUR1 (Risco de Juros)	1.881
RWACAM (Risco de Taxa de Câmbio)	2.562.367
RWACVA (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	1.271
Risco Operacional - RWAOPAD	1.239.388
Índice de Basileia	19,94%

As definições de risco de crédito, mercado, operacional, liquidez e dos demais riscos relevantes para o BRDE são todas derivadas das respectivas definições estabelecidas pela Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a saber:

- O **Risco de Crédito** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; ii) Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou iv) Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito.

- O **Risco de Mercado** é definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo BRDE decorrentes do risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e do risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. No período ora reportado, o risco de mercado do BRDE derivou, sobremaneira, da sua exposição à variação cambial resultante dos *spreads* das operações de repasse realizadas com recursos captados em moeda estrangeira sem mecanismos de *hedge* (RWACAM - Risco de Taxa de Câmbio), a variação da taxa de juros prefixada para instrumentos da carteira de negociação (RWAJUR1 - Risco de Juros Prefixados) e à variação do valor dos instrumentos derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (RWACVA - Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte).

- O **Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRRB)** é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados do BRDE, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRRB, que não gera requerimento de capital, é mensurado através das abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado da intermediação financeira (NII) em consonância com as exigências da regulamentação em vigor.

- O **Risco Operacional** é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui ainda o risco legal associado a: i) Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo BRDE; e

- ii) Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

- O **Risco de Liquidez** é definido como:

- i) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e, ii) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

- Os **Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas para o BRDE, respectivamente de: i) Eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum; ii) Eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e iii) Eventos associados ao risco de transição e risco climático físico. Por fim, destaca-se que as exposições aos riscos de crédito, mercado e operacional geram requerimento de capital que são apurados de acordo com as abordagens padronizadas estabelecidas pelo regulador. Os demais riscos acima apresentados, apesar de relevantes e de possuírem monitoramento constante, não afetam indicadores de capital.

28. TESTE DE SENSIBILIDADE
Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB nº 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2026 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do Banco.
- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de funding e a procura por crédito;
- Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensível	Qualidade da carteira de crédito - variação da PCLD		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(32.025)	(44.835)	(64.050)
Item sensível	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(83.447)	166.894	250.342
Item sensível	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1% a.a.	CDI	CDI +1% a.a.
Efeito no resultado	274.733	292.954	311.091
Item sensível	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.337	(5.337)	(10.674)
Item sensível	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(21.571)	(30.199)	(43.141)



CNPJ 92.816.560/0001-37
SEDE: RUA URUGUAI, 155 - 4º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
OUVIDORIA: 0800-600-1020

Demonstrações Financeiras 2025

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Enchentes no RS
Os eventos climáticos de grande porte que afetaram o estado do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas de vidas, danos a propriedades em geral e transtornos de infraestrutura, dentre outras importantes consequências que afetaram a sociedade gaúcha de forma geral.
No que tange as suas operações, O BRDE oportunizou a suspensão de pagamentos, denominada *standstill*, das operações de crédito daqueles clientes atingidos pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, que variava de 6 a 12 meses de acordo com o funding ou por decisão própria.
Ao todo foram renegociados 288 contratos, cuja situação atual é a seguinte:

	31/12/2025	% (1)	% (2)
1. Total da carteira de crédito	24.244.919	100,00%	-
2. Total da carteira renegociada pela enchente	1.248.278	5,15%	100,00%
Carteira em amortização em dia	965.827	3,98%	77,37%
Carteira renegociada com atraso inferior a 90 dias	130.141	0,54%	10,43%
Carteira renegociada com atraso superior a 90 dias	152.310	0,63%	12,20%

(1) sobre o total da carteira de crédito; (2) sobre o total da carteira renegociada.

DIRETORIA
RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR Diretor-Presidente MAURO MARIANI Diretor Vice-Presidente e Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos LEONARDO MARANHÃO BUSATTO Diretor de Planejamento JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING Diretor Financeiro RANOLFO VIEIRA JUNIOR Diretor de Operações HERALDO ALVES DAS NEVES Diretor Administrativo
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: RENÉ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR Conselheiros: WAGNER CARLOS AICHNER CARLOS PASCOAL BORDONI IVAN CESAR RANZOLIN LEANDRO RIBEIRO MACIEL FRANCISCO SÉRGIO TURRA THAIS POMPERMAYER
CONTADOR
FABIANO MEASSI Contador Geral - CRCRS - 70.237/O-6

b. Incidente cibernético
No mês de dezembro de 2025, o BRDE identificou um incidente cibernético no seu ambiente de tecnologia, sem acarretar restrição de acessos aos sistemas e canais digitais de atendimento do Banco.
Após o diagnóstico, o BRDE atuou de forma prudencial, no sentido de mitigar os riscos associados e, com o suporte de empresa especializada contratada, realizou oportunamente um processo de investigação, avaliação das circunstâncias e apuração da extensão do incidente, vindo a concluir que não houve exposição nem consequências que possam ter impactado as demonstrações financeiras do BRDE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, ressalta-se que conforme relatado para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, não foram identificadas evidências de vazamento de informações que pudessem gerar impactos nas demonstrações financeiras do BRDE, com a manutenção da integridade do ambiente sistêmico da Instituição.
c. Eventos subsequentes:
Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2022 no montante de R\$ 237.559, mediante a aplicação da TJLP acumulada do exercício de 2022 sobre a posição patrimonial do Banco. A apuração de JCP foi aprovada em 25 de março de 2026 pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2025, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2025, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA: O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e o acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS: O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE: O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditorias independentes sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não foram verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO: O comitê avaliou o conteúdo do Planejamento Estratégico 2025-2030, bem como Proposta do Plano Operacional para o ano de 2026.

V - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE: Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes

documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Relatório de Administração e Socioambiental; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações com divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Assim, recomendamos a sua aprovação e encaminhamo ao Conselho de Administração.

VI - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA: O Comitê de Auditoria, atendendo as atribuições regulamentares, tomou conhecimento das informações sobre a Gestão das Captações Externas e à Mercado e Estratégias para 2026.

Porto Alegre, 24 de março de 2026.
LAUREN MOMBACK MAZZARDO Coordenadora do COAUD Representante do Estado do Rio Grande do Sul
EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO Integrante do COAUD Representante do Estado do Paraná
PABLO FELIPE BITTENCOURT Integrante do COAUD Representante do Estado de Santa Catarina
WAGNER CARLOS AICHNER Integrante do COAUD Representante do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.
Porto Alegre, 24 de março de 2026.

CÍCERO ANTÔNIO EICH Presidente do Conselho Fiscal Representante do PR	JULIANA DEBAQUER Conselheira Fiscal Representante do RS
ADALBERTO C. VENTURA Conselheiro Fiscal Representante de SC	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Ausência dos valores correspondentes
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 e 9 às demonstrações financeiras, o Banco possuía, em 31 de dezembro de 2025, operações de crédito no montante de R\$24.244.919 mil, com respectiva provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$640.495 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco das contrapartes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela

Resolução CMN nº 4.966/21; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego
O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$279.904 mil, em 31 de dezembro de 2025. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários
Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$431.410 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil.

Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 25 de março de 2026

	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F	Renata Zanotta Calçada Contadora CRC - RS 062793/O-8
--	--	---

Parceiro
das histórias
que transformam
vidas.



Há 65 anos, o BRDE caminha ao lado de quem constrói o futuro, apoiando ideias, impulsionando projetos e transformando realidades no sul do Brasil. Seguimos juntos, fortalecendo cada novo passo.

brde.com.br



CRÉDITO
PARA INOVAR
E DESENVOLVER.

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.					RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO										
CNPJ nº 93.169.340/0001-21 – NIRE 43 3 0003125 0					Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paludo Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais.										
					Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026.										
					A Administração.										
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025															
AVISO: 1) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/ .															
BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)															
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado					
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024				
Ativo															
Ativo circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	11.832	18.264	439.961	539.970											
Aplicações financeiras	35.072	16.288	38.827	18.402											
Contas a receber de clientes	-	-	490.056	459.716											
Ativo de contrato	-	-	7.728	3.421											
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	596	1.836											
Estoques	-	-	613.601	719.714											
Tributos a recuperar	878	656	116.991	132.462											
Despesas antecipadas	63	67	11.784	10.718											
Créditos com partes relacionadas	5.012	-	1.210	-											
Dividendos a receber	32.259	66.804	-	-											
Outras contas a receber	629	878	31.750	70.163											
	85.745	102.957	1.752.504	1.956.402											
Ativo não circulante															
Aplicações financeiras	42.270	100.036	49.859	112.670											
Contas a receber de clientes	-	-	85.193	120.276											
Ativo de contrato	-	-	25.045	24.709											
Tributos a recuperar	1.136	-	29.678	26.475											
Impostos diferidos	4.058	-	-	-											
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	81	19.613											
Créditos com partes relacionadas	6.245	12.698	-	-											
Outros créditos	176	181	107.227	86.775											
	53.885	112.915	297.083	390.518											
Investimentos	1.292.232	1.399.351	339.889	517.082											
Propriedades para investimento	45.060	45.483	68.497	66.993											
Imobilizado	102	105	807.593	750.944											
Intangível	214	214	92.973	78.722											
Ativos de direito de uso	-	-	18.436	17.238											
	1.391.493	1.558.068	1.624.471	1.821.497											
	1.477.238	1.661.025	3.376.975	3.777.899											
Total do ativo															
Passivo															
Passivo circulante															
Empréstimos e financiamentos	-	3.048	293.889	393.941											
Fornecedores	118	297	169.489	267.379											
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	446	-											
Obrigações fiscais e sociais	1.181	1.966	215.683	168.327											
Obrigações e provisões trabalhistas	74	454	33.109	33.552											
Dividendos propostos	42.345	41.396	45.174	44.745											
Débitos com partes relacionadas	21.442	-	45.336	3.158											
Passivo de direito de uso	-	-	8.056	10.581											
Outras contas a pagar	-	-	46.602	52.185											
	65.160	47.161	857.784	973.868											
Passivo não circulante															
Empréstimos e financiamentos	-	8.476	1.019.101	1.081.481											
Fornecedores	-	-	-	5											
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	7.392	1.790											
Obrigações fiscais e sociais	2.027	2.672	4.207	7.234											
Dividendos propostos	45.000	-	45.000	-											
Débitos com partes relacionadas	33.808	40.147	33.808	60.493											
Impostos diferidos	-	1.692	28.080	44.987											
Provisão para litígios	293	293	6.126	4.224											
Passivo a descoberto em controlada	94	238	-	-											
Passivo de direito de uso	-	-	11.655	7.873											
Outras contas a pagar	4.792	4.792	5.014	5.098											
	86.014	58.310	1.160.383	1.213.185											
Patrimônio líquido															
Capital social	700.000	700.000	700.000	700.000											
Reservas de lucros	588.514	661.051	588.514	661.051											
Ações em tesouraria	(51.642)	(21.612)	(51.642)	(21.612)											
Outros resultados abrangentes	89.192	216.115	89.192	216.115											
Total da participação dos controladores	1.326.064	1.555.554	1.326.064	1.555.554											
Participação de acionistas não controladores	32.744	-	35.292	-											
Total do patrimônio líquido	1.326.064	1.555.554	1.358.808	1.590.846											
Total do passivo e patrimônio líquido	1.477.238	1.661.025	3.376.975	3.777.899											
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.															
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)															
		Controladores						Participação dos acionistas não controladores		Total do Patrimônio Líquido					
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros a realizar	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		400.000	54.905	665.217	89.320	809.442	(30.030)	(172.057)	3.901	1.007.355	33.074	1.040.429	33.074	1.040.429	33.074
Realização líquida do custo atribuído-controlada		-	-	-	-	-	-	(3.901)	3.901	-	-	-	1	392.074	392.074
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	392.073	-	392.073	-	-	1	392.074	392.074
AFAC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.499	-	3.499	-	3.499
Aumento do capital social		300.000	(35.855)	(264.145)	-	(300.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	11.242	(64.642)	53.400	-	-	-	-	40.489	-	-	-	40.489	40.489
Reversão de dividendos		-	-	-	40.489	40.489	-	-	-	(46)	-	-	-	(46)	(46)
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações		-	-	(8.464)	-	(8.464)	8.464	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	151.716	151.716	10.467	162.183	10.467	162.183	162.183
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	7.586	-	7.586	-	-	-	(7.586)	(7.586)	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos		-	-	-	-	-	-	-	(36.033)	(36.033)	(2.817)	(38.850)	(2.817)	(38.850)	(38.850)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)	(629)	(629)	(629)
Dividendos adic. de anos anteriores propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.303)	(8.303)	(8.303)	(8.303)	(8.303)
Constituição de reserva especial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		700.000	37.878	439.964	183.209	661.051	(21.612)	216.115	1.555.554	35.292	1.590.846	35.292	1.590.846	35.292	1.590.846
Aquisição de participação de minoritário		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.031)	-	-	-	-
Transação entre sócios		-	-	-	-	-	-	(2.019)	-	(2.019)	-	-	-	-	-
Realização líquida do custo atribuído-controlada		-	-	-	-	-	-	(3.847)	3.847	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	(121.057)	-	(121.057)	-	-	-	-	-
Aquisição de ações		-	-	-	-	-	(40.268)	-	-	(40.268)	-	-	-	-	-
Desistência de transferência de ações		-	-	-	-	-	10.238	-	10.238	10.238	-	-	10.238	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	30.928	30.928	12.126	43.054	12.126	43.054	43.054
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	1.547	-	1.547	-	-	-	(1.547)	(1.547)	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos		-	-	-	-	-	-	-	(7.345)	(7.345)	-	-	-	-	-
Dividendos adic. de anos anteriores propostos		-	-	-	(99.967)	(99.967)	-	-	(99.967)	(99.967)	(2.829)	(10.774)	(2.829)	(10.774)	(10.774)
Constituição de reserva especial		-	-	25.883	25.883	-	-	-	(25.883)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		700.000	39.425	465.847	83.242	588.514	(51.642)	89.192	1.326.064	32.744	1.358.808	32.744	1.358.808	32.744	1.358.808
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.															
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)															
1. Contexto operacional: A Paludo Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objetivo representações comerciais, participações em outras sociedades, administração de imóveis, prestação de serviços a empresas controladas e coligadas. 1.1. Transações relevantes no exercício: Aquisição de ações da própria Companhia: Em 17 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 539 ações preferenciais de acionista minoritário, equivalente a 2% do capital social, conforme contrato de compra e venda de ações. O preço de compra foi de R\$40.268, a ser pago em 3 parcelas anuais, R\$10.001 na data da assinatura do contrato, R\$15.134 até dez/2026 e R\$15.133 até dez/2027. Transferência de ações: Em 02 de abril de 2025, foi assinado o termo de transferência de ações nominativas, ao qual determinou a transferência de quatro ações ordinárias de Miguel Paludo da controlada Borrachas Vipal S.A. para Paludo Participações S.A., que passa a ter 100% de participação societária. Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada indireta Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida pela controlada Borrachas Vipal S.A. A Controlada passou a deter 100% de participação na sua controlada. O preço acordado pelas ações foi de R\$2.534, equivalente a €400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controlada, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores na data da aquisição:															
		Contraprestação	PL adquirido (i)	Mais valia											
Compra de 20% das ações da controlada		2.534	(2.473)	(5.007)											
Mais valia referente aos 20% dos não controladores		-	-	2.988											
Total apropriado ao Patrimônio Líquido		-	-	(2.019)											
(i) Valor do patrimônio líquido da controlada indireta na data de compra das ações. Liquidação antecipada das debêntures: Em 22 de setembro de 2025, a controlada Borrachas Vipal S.A. comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R\$432.620, sendo R\$423.529 de principal, R\$2.776 de juros e R\$6.315 de prêmio.															
2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação															

Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.

CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

(RS), servindo como “ponte” entre a Argentina e o grande mercado demandante de energia que é a região sudeste. Em 2025, o cenário de produção de gás não convencional em Vacca Muerta, na Argentina, manteve trajetória de crescimento, reforçando o grande potencial de aumento da oferta de gás natural para o Brasil. Esse contexto continuou a estimular os agentes do mercado - distribuidores, comercializadores e consumidores livres - a acompanharem as condições necessárias para a viabilização do fornecimento de gás argentino ao mercado brasileiro. Esse ambiente sustenta a perspectiva de integração do mercado de gás natural no Cone Sul, no qual a TSB exerce papel estratégico. Em 2025, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou, para Consulta Pública, o Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano, instrumento de planejamento setorial que avalia alternativas de expansão e integração da infraestrutura de transporte de gás no país. No referido Plano, o gasoduto da TSB, que detém autorização para construção e conclusão, é indicado como a rota mais eficiente e estruturante para viabilizar o escoamento do gás natural proveniente da Bacia de Vacca Muerta, na Argentina, até o mercado brasileiro, reforçando o papel estratégico da Companhia no contexto da integração regional e da segurança energética nacional. Esta exposição da TSB como agente estratégico de conexão Argentina - Brasil exigiu da diretoria participação frequente nos vários fóruns de avaliação e discussão da integração energética do Cone Sul, com intensas trocas de fundamentos e conhecimento da indústria do gás. No exercício, observou-se também a ampliação do perfil de contratação do serviço de transporte da Companhia, em decorrência do ingresso de consumidores livres no mercado de gás natural. A TSB, que desde o início de suas operações contou com um único cliente carregador, passou a atender um novo carregador em função da cessão, por parte do cliente original, de parcela da capacidade de transporte contratada a um de seus clientes. Em decorrência dessa operação, o novo carregador firmou com a TSB contratos firmes de prestação de serviço de transporte, vigentes até 31 de dezembro de 2025, ainda que tal movimento não representasse aumento da demanda total por capacidade de transporte, uma vez que se tratou exclusivamente de redistribuição da capacidade previamente contratada. No exercício, a Companhia deu continuidade às atividades relacionadas à Oferta e Contratação de Capacidade de Transporte, mantendo os contratos firmes de entrada e de saída vigentes, em conformidade com a regulamentação aplicável, bem como acompanhando as discussões regulatórias e os preparativos para o próximo ciclo tarifário (2026-2030). No final de 2025, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) comunicou ao mercado a postergação, para 2026, da conclusão da análise das propostas apresentadas pelos transportadores no âmbito do ciclo tarifário 2026-2030. Em decorrência dessa decisão regulatória, as operações de transporte de gás natural no exercício de 2026, até que se conclua a regulamentação necessária para o próximo ciclo tarifário, serão regidas por contratos de caráter extraordinário. Nesse contexto, a TSB firmou, em dezembro de 2025, contratos extraordinários de prestação de serviço de transporte com seus clientes, válidos para o exercício de 2026. As operações permaneceram concentradas no Trecho 3 do gasoduto, com a manutenção dos padrões de segurança, confiabilidade e integridade operacional. No exercício de 2025, o volume total transportado pela Companhia foi de 152,4 milhões de metros cúbicos (MM m³), em comparação aos 189,4 MM m³ registrados em 2024. No Trecho 1, embora não tenha havido transporte de gás ao longo do ano, a Companhia seguiu atendendo às condições de mercado, regulatórias e operacionais necessárias para retomada do fluxo de gás, inclusive em caráter extraordinário, de forma alinhada às demandas do setor energético. Durante 2025, a TSB avançou de forma consistente no fortalecimento de suas práticas de governança corporativa, gestão de riscos e compliance. Destacam-se os progressos na implementação e consolidação de ferramentas de gestão, no aprimoramento dos controles internos, na evolução dos processos de segurança da informação e tendo concluído as ações voltadas à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No âmbito operacional, a Companhia prosseguiu com ações voltadas à preservação da integridade dos ativos, à melhoria dos processos de operação e manutenção com destaque para implementação de sistemas de medição nos pontos de recebimento e entrega do gasoduto, reforçando a confiabilidade das informações operacionais e a eficiência do serviço prestado. Do ponto de vista econômico-financeiro, a TSB apurou lucro líquido no exercício de 2025 no montante de R\$ 2.929 mil, valor que se encontra à disposição para deliberação quanto à distribuição de dividendos, em conformidade com as decisões societárias e com a política de distribuição de resultados da Companhia. Para os próximos exercícios, a Administração espera dar continuidade ao aprimoramento das práticas de gestão e governança, avançar na consolidação do programa de gestão de riscos, concluir a implementação de ferramentas digitais de apoio às atividades de operação e manutenção e acompanhar de forma ativa as oportunidades e desafios relacionados à integração do mercado de gás natural na região Sul do Brasil. Porto Alegre, 30 de janeiro de 2026. Diretoria da TSB.

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma). As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrim. líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	16.941	9.099	Fornecedores	9	370	287
Contas a receber de clientes	5	1.503	1.343	Obrig. sociais e trabalhistas	10	470	459
Impostos a recuperar	6	153	84	Obrigações tributárias		341	284
Outras contas a receber		205	114	Provisões a pagar	11	9.306	3.066
Total do ativo circulante		18.802	10.640	Outras contas a pagar		47	59
Não circulante				Total do pass. e do patrim. liq.		10.534	4.155
Imobilizado	7	6.467	7.598	Não circulante			
Intangível	8	425	513	Fornecedores	9	332	332
Total do ativo não circulante		6.892	8.111	Provisão para contingências	12	270	270
Total do ativo		25.694	18.751	Total do pass. e do patrim. liq.		602	602
Demonstração dos Fluxos de Caixa				Patrimônio líquido			
Fluxo de caixa das ativ. operacionais	2025	2024		Capital social	13	9.692	9.692
Lucro líquido do exercício	2.929	6.812		Reservas de lucros	13	4.866	4.302
Ajustes para reconciliação do resultado ao fluxo de caixa				Total do pass. e do patrim. liq.		14.558	13.994
Depreciação e amortização	1.236	1.232		Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.692	1.938
Resultado líquido do exercício ajustado	4.165	8.044					
Variação de ativos - (aumento)/redução							
Contas a receber	(160)	86		Capital social			
Impostos a recuperar	(69)	(20)		Legal			
Outras contas a receber	(92)	(6)		Retenção de Lucros			
Var. de passivos - aumento/(redução)				Lucros Acumulados			
Fornecedores	83	65		Total			
Obrigações com pessoal e provisões	11	76		Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Impostos a recolher	57	(12)		Dividendos pagos		-	-
Outras contas a pagar	(12)	31		Lucro líquido do exercício		-	-
Provisões a pagar	6.240	352		Destinações:			
Caixa gerado pelas ativ. operacionais	10.223	8.616		Dividendos antecipados		-	(4.448)
Fluxo de caixa das ativ. de investim.				A disposição para prop.de divid. adicionais		-	2.364
Aumento ativo imobilizado	(17)	(13)		Saldos em 31 de dezembro de 2024			
Caixa utilizado nas ativ. de investim.	(17)	(13)		Dividendos pagos		-	(2.364)
Fluxo de caixa das ativ. de financ.				Lucro líquido do exercício		-	2.929
Distribuição de dividendos	(2.364)	(8.730)		Destinações:			
Caixa gerado pelas ativ. de financiam.	(2.364)	(8.730)		A disposição para prop.de divid. adicionais		-	2.929
Caixa Liq. Gerado (Aplic.) no Exercício	7.842	(127)		Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.692	1.938
Caixa e equiv. de caixa no início do período	9.099	9.226					
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	16.941	9.099					
Caixa Liq. Gerado (Aplic.) no Exercício	7.842	(127)					

Demonstração do Resultado

	Nota	2025	2024
Receita liq. serviços	14	17.148	15.324
(-) Custo dos serv. prest.	15	(4.410)	(4.105)
Lucro bruto		12.738	11.219
Receitas (desp.) operac.		(10.372)	(4.611)
(-) Desp. adm. e gerais	15	(4.353)	(3.903)
Outras rec./desp. operac.	16	(6.019)	(708)
Lucro antes do resultado financeiro		2.366	6.608
(+) Receitas financeiras	17	1.664	1.028
(-) Despesas financeiras	17	(12)	(9)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		4.018	7.627
IR e contribuição social	18	(1.089)	(815)
Lucro liq. do exercício		2.929	6.812
Ações em circulação no final do exercício		80.500.000	80.500.000
Lucro Liq. por mil ações ordin.- básico e dil. - R\$		36	85
Demonstração do Resultado Abrangente			
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		2.929	6.812
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do res. abrang. do exerc.		2.929	6.812

Demonstração dos Valores Adicionais

	2025	2024
Receitas	17.148	15.324
Vendas de serviços	17.798	15.904
Deduções das receitas brutas	(650)	(580)
Insuamos adquiridos de terceiros	10.836	5.879
Custo dos serviços vendidos	3.175	2.874
Materiais, energia, serv. de terc. e outros	7.661	2.415
Valor adicionado bruto (1-2)	6.312	10.035
Depreciação e amortização	1.235	1.232
Valor adic. Liq. Prod. p/ entid. (3-4)	5.077	8.803
Valor adic. Recebido transfrênciã	1.660	1.031
Receitas financeiras e outras receitas	1.660	1.031
Valor adic. Total a distribuir (5-6)	6.737	9.834
Distribuição do valor adicionado	6.737	9.834
essoal	2.254	1.805
Remuneração direta	1.693	1.414
Bônus	397	260
FGTS	134	113
Outros	30	7
Impostos, taxas e contribuições	1.542	1.208
Federais	1.534	1.198
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	12	8
Despesas financeiras	12	9
Remuneração de capitais próprios	2.929	6.812
Dividendos	-	4.448
A disp. para proposta de divíd. adicicion.	2.929	2.364

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional:

A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de março de 1999, cuja atividade consiste na prestação de serviço de transporte de gás natural através de gasoduto, de sua propriedade, que foi concebida para transportar gás natural da Argentina, interligando a malha de gasodutos daquele país ao sistema brasileiro de gasodutos, iniciando na cidade de Uruguaiiana, na fronteira oeste do estado, até a cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. assumiu o desafio de transportar o gás natural, construindo e administrando o Gasoduto Uruguaiiana - Porto Alegre. O projeto prevê 615 km de dutos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 50 km já foram construídos na Fase I. O desafio atual é viabilizar a segunda fase do gasoduto, Fase 2, que contempla a interligação do trecho entre Uruguaiiana e o Polo Petroquímico de Triunfo. A conclusão do gasoduto da TSB proporcionará a interligação das jazidas do Brasil, da Argentina e da Bolívia, consolidando, assim, a integração do mercado de gás do Cone Sul, servindo como ponte até o maior mercado consumidor de energia, que é o sudeste brasileiro. A primeira fase do gasoduto (Fase 1) foi concluída em maio de 2000 e consistiu-se em dois trechos de 25 km, um trecho em cada uma das duas extremidades do gasoduto. Na extremidade oeste, o trecho da TSB está conectado com o gasoduto da Transportadora de Gás del Mercosur S.A. - TGM e, na sua extremidade leste, com o gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A. - TBG. Estes investimentos de, aproximadamente, US\$ 30 milhões, foram efetuados com recursos próprios. A vida útil desses ativos foi originalmente estimada em 10 anos; entretanto, em 2006, a Administração realizou estudos reavaliando essa estimativa para 30 anos. Até 31 de julho de 2025 a Companhia manteve Contratos de Serviço de Transporte Firme de Entrada e de Saída, na capacidade de 800 mil m³/dia, com o distribuidor local, no Trecho 3, transportando gás de Canoas até o Polo Petroquímico do Sul - Triunfo - RS. A partir de 01 de agosto de 2025 até 31 de dezembro de 2025 a Companhia manteve Contratos de Serviço de Transporte Firme de Entrada e de Saída, na capacidade de 450 mil m³/dia com o distribuidor local e 350 mil m³/dia com comercializador livre, inaugurando assim um novo perfil de acesso à capacidade do gasoduto no Trecho 3. Em dezembro de 2025, nas tratativas do POC 2025 (extraordinário), o distribuidor local e comercializador contrataram capacidade de 450 mil m³/dia. O regramento do novo ciclo tarifário 2026-2030 não foi concluído pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP). Em decorrência desta postergação o regulador determinou que as transportadoras utilizassem contratos extraordinários até que se complete o regulamento que orientará o processo de contratação de capacidade de transporte para o período 2026-2030. Esta sistemática implicará uma redução significativa da receita da TSB, para 2026. Em 2025 não houve contratação de serviço de transporte no Trecho 1, em Uruguaiiana, para eventual suprimento à Termelétrica ali localizada. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. mantém em condições de retomada imediata suas instalações no Trecho 1, para operar assim que for demandada, com tarifa que deverá ser aprovada pela ANP também para esse Trecho. A TSB prepara para o ano de 2026 a atualização de seu sistema de medição nos Pontos de Entrada e Saída, com a troca de Medidores e

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 06 de fevereiro de 2026 e será submetida à aprovação do Conselho de Administração. As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e normas contidas nas Resoluções NBC TG 1000 (R1) / 2016 e NBC TG 27 (R3) / 2015, ambas do Conselho Federal de Contabilidade. 3. Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 3.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado. 3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 3.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. 3.4 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. 3.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. Os impostos

3. Tributos a Recuperar:

Referem-se a créditos de tributos estaduais e federais que são oriundos das atividades operacionais da Companhia.

Circulante

	2025	2024
ISSQN a recuperar	1	2
Provisão para IR s/ aplic. financeiras	152	82
Total	153	84

7. Imobilizado:

O Imobilizado está avaliado pelo valor original, depreciado pelas taxas fiscais e apresentado pelo valor residual.

Taxas de Depreciação

	202
--	-----

continuação >>>		Demonstrações Contábeis da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161	
16. Outras Receitas / Despesas Operacionais:		Responsabilidade Civil vigência de 01/11/2025 a 01/11/2026:	
A Conta está assim composta:		Coberturas	Limites
	2025	2024	
Provisão compartilhamento de faixa de dutos T 3	-	(76)	R\$ 17.000.000,00
Provisão calibração mediadores de vazão T 3	-	(210)	Aumentado o Limite Máximo de Garantia de R\$ 12.500.000,00 para 17.000.000,00 (sem aumento de prêmio). Danos morais estão incluído na garantia básica (cláusula 1.1. da Apólice. Despesas para contenção de sinistro está incluído na garantia básica - cláusula 9.2.1).
Provisão inspeção/integridade T 1 e T 3	-	(406)	
Provisão de passagem do PIG T1 e T3	(1.404)	-	
Provisão aluguel da faixa de servidão T3	(4.812)	-	
(-) Reversão de provisão	477	(18)	
Outras receitas e despesas	(280)	2	
Total	(6.019)	(708)	
17. Resultado Financeiro: O resultado financeiro da Companhia é composto pelas seguintes rubricas:		Risco Operacionais vigência de 20/12/2025 a 20/12/2026:	
	2025	2024	
Receitas financeiras	1.664	1.028	
Rendimento s/ aplic. Financeiras	1.660	1.028	
Outras receitas financeiras	4	-	
Despesas financeiras	(12)	(9)	
Despesas bancárias	(10)	(8)	
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	
Resultado financeiro	1.652	1.019	
18. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia possui créditos tributários de R\$ 16.701, decorrentes de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa de contribuição social e diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, compensáveis com lucros tributáveis futuros no limite de 30% sobre o lucro anual, os quais não são registrados contabilmente. A partir do exercício de 2013 a Companhia passou a tributar seus resultados pelo regime de lucro presumido. A compensação destes valores depende de a Companhia voltar a tributar seus resultados pelo regime de lucro real.		20. Gerenciamento de Riscos: As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.	
Impostos correntes		21. Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: (a) Caixa e equivalentes de caixa (Notas Explicativas nº 04): os saldos em conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; (b) Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 05): as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.	
	2025	2024	
IRPJ Corrente	(747)	(551)	
CSLL Corrente	(342)	(264)	
Total da despesa de IR e contrib. social reconhecida no exercício referente às operações continuadas	(1.089)	(815)	
19. Seguros: A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros, sendo de responsabilidade da administração as definições das premissas de riscos adotadas. Apresentamos o quadro de cobertura:		Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	
Aos Administradores e Acionistas da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de		relatório financeiro (IFRS). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos e as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Infração do Suplemento de Informações: As Demonstrações do Valor Adicionado (VDA) referidas no Pronunciamento emitido em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2026.	
		Crowe Consult Auditores e Consultores Associados - CRC RS009034/O - CVM - 13.471	
		Edson Czamanski Schreiner - Contador - CRC-RS 58.688-0-6 • Bruno Machado Pinto - Contador - CRC-RS 092.286/O-7	



GERDAU
O futuro se molda

INSTITUTO GERDAU | CNPJ Nº 07.522.577/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Administradores e Conselheiros do Instituto Gerdau:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório das Atividades desenvolvidas pelo Instituto Gerdau durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Instituto Gerdau, com sede em Sapucaia do Sul (RS), foi constituído em março de 2005, com a missão de promover ações sociais que contribuam para o desenvolvimento das comunidades, cadeia de negócio e sociedades onde a empresa está presente. Foram realizados patrocínios e doações a entidades que promovem educação empreendedora, habitação e reciclagem, conforme estratégia do Instituto Gerdau, buscando contribuir para o desenvolvimento social.

Sapucaia do Sul, 26 de março de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	24	19	Impostos e contribuições sociais a recolher.....		95	8
Aplicações financeiras.....	4	11.289	-			95	8
		11.313	19				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
Aplicações financeiras.....	4	-	10.148	Patrimônio social.....		11.218	10.159
		-	10.148			11.218	10.159
TOTAL DO ATIVO		11.313	10.167	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.313	10.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2024	10.080	-	10.080
Superávit do exercício.....	-	79	79
Transferência do superávit do exercício.....	79	(79)	-
Saldos em 31/12/2024 (Nota 5)	10.159	-	10.159
Superávit do exercício.....	-	1.059	1.059
Transferência do superávit do exercício.....	1.059	(1.059)	-
Saldos em 31/12/2025 (Nota 5)	11.218	-	11.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Gerdau ("Entidade"), com sede em Sapucaia do Sul, estado do Rio Grande do Sul, é uma Entidade sem fins lucrativos constituída em março de 2005 e certificada como OSCIP conforme Lei Nº 9.790/99, cuja finalidade é promover ações sociais que contribuam para o desenvolvimento das comunidades, cadeia de negócio e sociedade onde está inserido.

A Administração da Entidade cumpre com todos os requisitos previstos no Regulamento do Imposto de Renda, na Constituição Federal e legislação complementar referente à isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Tais requerimentos compreendem, entre outros aspectos, a não remuneração de sua Diretoria e o reinvestimento integral dos superávits ou déficits anuais exclusivamente em suas operações.

As Demonstrações Financeiras do Instituto Gerdau foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Entidade em 26/03/2026.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demais legislações vigentes para este tipo de Entidade. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo valor justo.

b) Receitas operacionais

São classificadas nesta conta as doações recebidas dos associados.

c) Despesas com doações e patrocínios

São classificadas nesta conta as doações e patrocínios efetuados diretamente pelo Instituto Gerdau.

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2025	2024
Receitas de doações.....	14.626	67.084
Gastos com doações e patrocínios.....	(11.712)	(66.464)
Despesas gerais e administrativas.....	(2.393)	(605)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	521	15
Receitas financeiras.....	661	70
Despesas financeiras.....	(123)	(6)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.059	79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Superávit do exercício.....	1.059	79
Receita de juros de aplicações financeiras.....	(661)	(70)
Variação de ativos e passivos	398	9
Outras contas da atividade operacional.....	87	8
Aplicações financeiras.....	(10.826)	-
Resgate de aplicações financeiras.....	10.346	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5	17
Aumento do caixa e equivalentes de caixa.....	5	17
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	19	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24	19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo nas contas bancárias que em 31/12/2025 totaliza R\$ 24 (R\$ 19 em 31/12/2024).

4 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras em fundo de investimento registradas ao valor justo, totalizando R\$ 11.289 em 31/12/2025 (R\$ 10.148 em 31/12/2024).

5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF 17.852.875/0003-86

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Endereços eletrônicos: <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2025, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa.

1. Panorama do Setor Agrícola: No ano de 2025, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de *commodities* e custos de insumos elevados.

2. Resultados Operacionais: Em 2025, a companhia registrou um aumento de 1.013,58% no resultado bruto, quando comparado ao ano anterior, impactada pelo aumento de área realizada no ano de 2024. Esse desempenho, aliado a boa produtividade da soja, resultou em um lucro líquido de R\$ 17.377 mil.

3. Desempenho Financeiro: Em 2025, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R\$ 394.695 mil; • Lucro líquido de R\$ 17.377 mil; • *Capex* de R\$ 38.112 mil substancialmente representado pela correção e desenvolvimento do solo; • EBITDA de R\$ 90.675 mil e margem EBITDA de 17,5%. Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 24 de março de 2026.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa.....	33.961	42.854	Fornecedores	107.276	143.447
Contas a receber de clientes.....	10.099	1.419	Empréstimos e financiamentos	84.069	40.634
Estoques.....	87.408	105.906	Impostos, taxas e contribuições diversas	614	1.034
Ativo biológico	168.199	119.959	Obrigações sociais e trabalhistas.....	4.188	3.136
Tributos a recuperar.....	7.476	4.872	Provisões para contingências.....	-	15
Outros ativos circulante	18.346	31.342	Dividendos a pagar.....	4.127	-
Total do ativo circulante.....	325.489	306.352	Passivo arrendamento com terceiros	5.175	4.196
Não circulante			Operações com derivativos	13.000	55.094
Realizável a longo prazo	55.423	87.079	Outros passivos circulante	10.785	16.281
Ativo de direito de uso	20.394	22.226	Total passivo circulante	229.234	263.837
Imobilizado	313.191	300.288	Não circulante		
Intangível	242	4	Empréstimos e financiamentos	295.436	284.243
Total do ativo não circulante	389.250	409.597	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.868	-
			Passivo de arrendamento com terceiros	16.967	18.759
			Operações com derivativos	19.034	37.091
			Total passivo não circulante.....	339.305	340.093
			Patrimônio líquido		
			Capital social	91.672	91.672
			Reservas de lucros.....	45.745	32.495
			Ajustes de avaliação patrimonial.....	8.783	(12.148)
			Total patrimônio líquido.....	146.200	112.019
Total do ativo.....	714.739	715.949	Total passivo e patrimônio líquido.....	714.739	715.949

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva para Expansão	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	91.672	7.644	50.000	4.871	-	154.187
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(25.149)	(25.149)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>).....	-	-	-	(25.786)	-	(25.786)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	8.767	-	8.767
Destinação proposta:						
Utilização de reservas	-	-	(25.149)	-	25.149	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	91.672	7.644	24.851	(12.148)	-	112.019
Saldo em 01 de janeiro de 2025	91.672	7.644	24.851	(12.148)	-	112.019
Lucro do exercício	-	-	-	-	17.377	17.377
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>).....	-	-	-	31.713	-	31.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(10.782)	-	(10.782)
Destinação proposta:						
Constituição de reservas	-	869	12.381	-	(13.250)	-
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	-	(4.127)	(4.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	91.672	8.513	37.232	8.783	-	146.200

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Fundada em 05 de março de 2013, com sede cidade de Querência, MT, Brasil, a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Pioneira" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de agricultura; pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral aos seus funcionários; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos; e atividade de armazém geral.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Ativo biológico:** *Culturas:* Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. As culturas são substancialmente formadas por soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção para o ano agrícola vigente a incorrer. O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado (preços fazenda) / preços dos contratos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A aplicação do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos. *Rebanho:* Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado recria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas

de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezeros nascidos, até o momento do seu abate. Em relação a hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada como nível 1 - preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: quantidade de cabeças de gado existentes ao final de cada período de mensuração, sexo, raça, idade, peso, rendimento estimado, preço de mercado em cada região (preço fazenda) e os custos necessários para colocação em condição de venda. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.: b) **Instrumentos financeiros:** *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado: · É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Custo amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado

através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia avalia, se os objetos de *hedge* previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de *hedge*. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

Conselho de Administração

Caio Penido Dalla Vecchia - Presidente

Aurélio Pavinato - Vice-Presidente

Aluisio de Assis Buzaid Junior - Conselheiro

Rodrigo de Araújo Rodrigues - Conselheiro

Diretoria

Eduardo Meneguelli Pereira

Márcio Silveira

André Lemos de Vasconcellos

Contadora

Adriana Frigueto Mezzomo

Contadora CRC RS - 059787/O-9

Relatório da Auditoria

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 24 de março de 2026, sem modificações. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 24 de março de 2026.